

MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN 2359-3318



Ano 3. Volume 1.
Janeiro, Fevereiro e Março de 2016.



EXPEDIENTE

FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Areia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO
ISSN 2359-3318

LATINDEX
FOLIO 25162
FOLIO ÚNICO 22167

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora
Dr. Wilson Ramos Filho

Superintendência das Coligadas UB
Prof. Ms. Edson Aires da Silva

Direção Geral
Profª. Ms. Marta Borges Maia

Coordenação Acadêmica
Prof. Ms. Marcos Joaquim Vieira

Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Profª. Ms. Dagmar Rhinow

Coordenação do Curso de Administração
Profª. Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia
Profª. Zeno Jair Caesar Junior

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Prof. Ms. Eliziane Cappelletti

Coordenação do Curso de Biomedicina
Prof. Drª. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Direito
Prof. Esp. Sandro Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física
Profª. Ms. Rosicler Duarte Barbosa

Coordenação do Curso de Enfermagem
Profª. Esp. Milena Schmitz Gomes

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil
Prof. Esp. Adailton Lehrer

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 3 – Volume 1 – União da Vitória - Paraná
Janeiro, Fevereiro e Março de 2016. ISSN: 2359-3318

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

Prof. Esp. Claudinei Dozorski

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Produção

Prof. Esp. Neurhy Moreira Gandin

Coordenação do Curso de Farmácia

Prof. Silmara Brietzing Hennrich

Coordenação do Curso de Fisioterapia

Profª. Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

Prof. Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição

Profª. Esp. Wagner Osório de Almeida

Coordenação do Curso de Psicologia

Profª. Esp. Darcielle Mibach

Coordenação do Curso de Serviço Social

Profª. Esp. Lucimara Dayane Amarantes

Coordenação do Curso de Sistemas de Informação

Prof. Ms. André Weizmann

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor Geral das Revistas Uniguaçu

Prof. Ms. Atilio A. Matozzo

Conselho Editorial

Profª. Drª. Marilucia Flenik da Silva (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Carlos Eduardo Moreira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Jonas de Oliveira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Romildo João Lisboa (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Leonel de Castro Filho (UNIGUAÇU)
Profª. Ms. Juliana Pessi Mayorca (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Fernando David Perazolli (UNIGUAÇU)
Profª. Ms. Marta Borges Maia (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Edson Aires da Silva (UNIGUAÇU)

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA CRÍTICO DIALÉTICA EM MARX , Jessica Crisciane Sobanski e Regiane Nós.....	05
SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO , Jessica Crisciane Sobanski e Regiane Nós.....	22
SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL , Jessica Crisciane Sobanski e Regiane Nós.....	40
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS ENTRE OS SUJEITOS E O OBJETO , Leonel de Castro Filho.....	58

SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA CRÍTICO DIALÉTICA EM MARX

Jessica Crisciane Sobanski
Regiane Nós

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que pretende identificar a teoria social crítica em Marx e sua relação com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Neste processo foi possível apreender a dimensão ético-política enquanto atividade filosófica que permite a identificação da profissão com um determinado projeto societário e a incorporação teórica dos postulados de Marx a partir do Movimento de Reconceituação. A metodologia contempla os métodos da pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Sendo assim, este artigo apresenta que a aproximação da teoria marxista com a categoria ético-política do Serviço Social envolve as relações sociais e a observação da realidade que se transforma e que incorpora o novo, considerando a totalidade do movimento dialético da realidade baseado no movimento de produção e reprodução existentes na história da vida em sociedade e nas lutas de classe cada vez mais complexificadas.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Projeto Ético-Político Profissional. Teoria de Marx.

ABSTRACT: This article is the result of a literature review that aims to identify the critical social theory of Marx and its relationship with the Political Ethics Project of Social Work. In this process, it was possible to grasp the ethical and political activity as a philosophical dimension that allows the identification of the profession with a specific corporate design and theoretical incorporation of Marx postulates from Reconceptualization Movement. The methodology covers the methods of basic research, qualitative, explanatory and bibliography. Thus, this article presents the approach of Marxist theory to the ethical-political social service category involves social relations and observation of reality that turns and that incorporates the new, considering the totality of the dialectical movement of reality based on the move production and existing breeding in the history of society and the class struggle increasingly made more complex.

KEYWORDS: Social Work. Ethical-Political Professional Project. Marx's theory.

1 INTRODUÇÃO

Ao apreender a realidade concreta como ponto de partida para a práxis do Serviço Social, o presente artigo visa compreender a proposta ético-política enquanto função social da profissão na modificação da realidade social e identificar a teoria social crítica em Marx e sua relação com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Objetiva-se a apreensão da especificidade do trabalho do assistente social com relação ao Código de Ética Profissional de 1993 e os rumos ético-políticos adotados a partir de valores em compromisso com a classe trabalhadora, as ações socioeducativas voltadas ao empoderamento e Educação Popular, com vistas à contribuição na mudança do modo de vida e incentivo à cidadania.

A análise textual se funda em obras literárias que realizaram a apreciação da teoria social crítica em Marx, a qual está relacionada com a construção teórico-crítica

do Serviço Social, uma vez que há a aproximação das concepções marxistas com o pensamento profissional desta área desde a década de 1960, a partir do Movimento de Reconceituação.

Portanto, diante das teorias e metodologias apreendidas no percurso acadêmico, da qual a pesquisadora se apresenta como parte e expressão, bem como dos pressupostos Constitucionais e do Projeto Ético Político dos assistentes sociais, busca-se compreender a contribuição do Serviço Social na proposta Constitucional de controle social das ações do Estado pela sociedade, ligada intrinsecamente à dimensão Ético-Política, na teoria Marxista, e no trabalho sócio educativo emancipador a que se propõe a profissão.

2 SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO

2.1 A ARTICULAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E A TEORIA SOCIAL CRÍTICO DIALÉTICA EM MARX

Neste ponto do trabalho trata-se de expor em linhas gerais sobre a articulação da teoria social de Marx com o fazer profissional dos assistentes sociais. A pretensão aqui não é descrever toda a teoria de Marx, mas sim, o que dela é apreendido pelo Serviço Social para responder às demandas profissionais na contemporaneidade e a partir dela como é possível trabalhar com os sujeitos individuais e coletivos na perspectiva de superação das desigualdades sociais.

Nos primórdios, a profissão atuou sob a perspectiva de várias correntes que, por não iluminarem o fazer profissional sob a luz de possibilidades de transformação social a partir do engajamento da sociedade civil organizada ou por iniciativas próprias dos sujeitos sociais empoderados, apresentaram defasagem e insuficiência na apreensão do real que, para os assistentes sociais se constitui primordial na efetivação do seu trabalho com sujeitos, famílias, grupos e sociedade. Vejamos brevemente algumas delas:

Para o Serviço Social o Neotomismo¹ é compreendido como:

¹ O Tomismo (século XIII) é a doutrina filosófica cristã elaborada pelo dominicano Tomás de Aquino, estudioso do filósofo grego Aristóteles [...] Para Santo Tomás, a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é a fonte de todos os seres. Após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana, entendendo que a pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas:

[...] o trabalho dos primeiros assistentes sociais dirigia-se, sobretudo, à classe trabalhadora, porém na perspectiva da conciliação das classes sociais. A visão de homem do Serviço Social era a pessoa humana, portadora de valor soberano, criado por Deus, único ser no universo capaz de se aproximar da perfeição. O objetivo do Serviço Social era moldar este homem, integrá-lo à sociedade, aos valores, a moral e aos costumes de uma sociedade cristã, a fim de que ele alcançasse a perfectibilidade (FIGUEIRA, 2009, p. 13-14).

Sendo assim, esta doutrina filosófica cristã esteve presente no surgimento do Serviço Social junto à igreja, para reforçar a moral e os costumes deturpados com início do capitalismo, a livre concorrência e a busca desenfreada por riqueza material. A igreja possuía a necessidade de se posicionar sobre os problemas sociais e os primeiros assistentes sociais atuavam com forte fundamentação desta corrente de pensamento, que preparava e reconduzia os desajustados do sistema à vida normal, sempre com o ideário de bem-estar e caridade aos pobres. Para o Neotomismo é preciso que a sociedade forneça o amparo para o corpo e para a alma do ser humano, nunca sendo superior a ele, e promovendo o bem comum.

O surgimento da profissão junto aos postulados da Igreja Católica remonta uma interlocução com o Neotomismo, que “[...] leva o Serviço Social a pautar-se por uma crítica romântica da sociedade capitalista, uma coordenação de ordem moral ao mundo burguês [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 220), este profissional é “[...] incapaz tanto de compreender o caráter histórico-progressivo da ordem estabelecida quanto de criticá-la em suas bases históricas, porque estas são soterradas pela análise” (Ibid, 1998, p. 20). Para o Serviço Social o Neotomismo é uma teoria que deixou de ser usual por responder aos interesses de adequação do indivíduo ao meio social.

Já no Positivismo², segundo Brandão (2006) apud Figueira (2009) entende-se que:

alma e corpo. O neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver a filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII, o Tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos. A condição de exploração e miséria em que vivem os operários na Europa do final do século XIX, decorrentes da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo, leva a Igreja a se posicionar, pois este momento era visto por esta como de crise e decadência da moral e dos costumes cristãos. A Igreja vê, então, no ressurgimento das ideias de Tomás de Aquino o caminho para o enfrentamento desta realidade.” (FIGUEIRA, 2009, p. 8).

² O Positivismo é uma corrente filosófica surgida na primeira metade do século XIX. Foi fundado por Augusto Comte, em contraposição às ideias que nortearam a Revolução Francesa no século XVIII. A doutrina de Comte parte do pressuposto de que a sociedade humana é regulada por leis naturais

[...] as concepções de homem e de sociedade, legitimadas pela tríade Neotomismo – Pensamento Conservador – Positivismo, eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre: a desigualdade imposta pela sociedade capitalista, associada às condições de exploração do homem pelo homem e às relações sociais que sustentam o trabalho alienado; o caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social; e a dimensão ético-política da prática profissional, em nome de uma neutralidade que, de fato, é afinada com a necessidade de legitimar a suposta face humanitária do Estado e do empresariado. (BRANDÃO *apud* FIGUEIRA, 2009, p. 20)

O Positivismo concebe as organizações e relações sociais, econômicas e políticas como imutáveis e aproxima-as das leis naturais, como a Física, no qual tudo funciona como uma engrenagem com um encaixe perfeito. O Serviço Social incorporou este pensamento aliando-o ao pensamento cristão, sobretudo na perspectiva humanista, onde não percebia a contradição existente no capitalismo, mas o desajuste dos indivíduos ao meio. Nesses aspectos, não havia a crença que a sociedade e sua forma de organização influenciam o modo de vida das pessoas. Compreender as relações sociais como determinadas e não passíveis de transformação foi o que culminou com a quebra do pensamento Positivista na profissão, que demandava novas formas de abordar a questão social e suas múltiplas expressões.

No mesmo autor, a Fenomenologia³ contempla:

[...] a atitude do profissional com base na fenomenologia não é a postura de ensinar e nem de deixar que o sujeito tome sozinho suas decisões, mas entende-se que deve ocorrer uma construção conjunta de algo novo, um conhecimento novo que deve ser construído a cada encontro, pois a relação vai se estreitando e essa aproximação mútua reforça novas descobertas. A relação entre assistente social e sujeito deve ser autêntica, para que oportunize uma reflexão conjunta para uma ação transformadora. Dessa forma, na perspectiva fenomenológica, a relação de ajuda se dá na

invariáveis, que independem da vontade e da ação humana. Para ele, as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política são do mesmo tipo que as leis naturais, logo, o que predomina na sociedade é uma organização semelhante à da natureza. Para o positivismo, a filosofia baseada nos dados da experiência é a única verdadeira. O conhecimento se afirma numa verdade comprovada, portanto, considera o método experimental o caminho para o pensamento científico e a verdade comprovada jamais é questionada. (FIGUEIRA, 2009, p. 15)

³ A Fenomenologia é uma ciência que se ocupa da descrição e classificação dos fenômenos. O principal autor dessa teoria é Husserl (1859-1938), que exerceu grande influência na filosofia contemporânea. Fenomenologia significa estudo dos fenômenos, ciência dos fenômenos. Husserl, em seu trabalho, aborda a ciência da consciência e de seus fenômenos e considera que não se trata de ciência destinada a dar explicações sobre o mundo e as coisas, ou de teoria explicativa que venha a acrescentar às anteriores (FIGUEIRA, 2009, p. 31-32).

confluência da proximidade dos parceiros onde há um perguntar e um responder, numa situação de reciprocidade e horizontalidade criadora da atmosfera afetiva, humana, que leva à compreensão de si, do outro, de nós, para a possibilidade de uma transformação para a liberdade. (FIGUEIRA, 2009, p. 36)

Na Fenomenologia não são levados em conta a história, a cultura e a vida das pessoas, ou seja, suas experiências e percepções próprias de mundo. O assistente social intervinha de modo a não perceber o potencial do indivíduo e estabelecia uma relação de ajuda mútua, sem observar as possibilidades encontradas pelo próprio usuário às suas demandas. Nesta corrente há uma valorização da consciência enquanto fenômeno e não fatos concretos advindos do espaço contraditório da sociedade e ocorre uma premissa do ser humano enquanto ser individual e não pertencente a um meio social e coletivo.

Para Lamamoto (1998, p. 219-220) “esse fio conservador coesiona tanto as bases de interpretação da sociedade, o campo dos valores norteadores da ação profissional, assim como o aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos”, além de não proporcionar “[...] questionamentos que atinjam os pilares da ordem burguesa” (Ibid., 1998, p. 220) e naturalizar “[...] reformas parciais no nível dos indivíduos, grupos e “comunidades”, na defesa da pessoa humana, do seu desenvolvimento integral e do bem comum” (Ibid., 1998, p. 220). Aprender os fenômenos como inevitáveis e o caráter histórico como não progressivo, impede de perceber o indivíduo enquanto consciente e atuante na construção de sua própria vida, há uma subestimação de potencial e também não se observa a realidade social como influenciável no modo de vida das pessoas, que massifica, impede o desenvolvimento e as escolhas próprias.

Nesse sentido, era necessária uma teoria que respondesse a totalidade das relações sociais, os condicionantes e a opressão que se intensificava cada vez mais devido ao modelo econômico. A teoria de Karl Marx (1818-1883) foi incorporada a graduação do curso de Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação da categoria, que iniciou no ano de 1965. Este Movimento buscou alavancar as discussões acerca do “[...] objeto, os objetivos, os métodos e os procedimentos de intervenção [...]” (LOPES, 2011, p.72), onde encontrou limites impostos pelo regime ditatorial e divergências de vertentes intelectuais, isto é, não foi um movimento hegemônico.

Nesse contexto de fundamentação teórico-crítica da profissão, é possível destacar a vertente modernizadora, cuja abordagem era funcionalista, estruturalista e positivista; a vertente da reatualização do conservadorismo, inspirada na fenomenologia e a vertente com intenção de ruptura, guiada pelo marxismo. Com as análises e discussões em dez anos de Movimento de Reconceituação, o marxismo se sobressaiu nas respostas às indagações profissionais (LOPES, 2011).

Trazer ao debate os “marxismos” no Serviço Social significa enfrentar deformações, distorções, extravios, derivações, revisões e reducionismos sofridos pelo pensamento de Marx no curto período em que esse diálogo foi incorporado aos conteúdos da formação profissional do assistente social. Contudo, iniciar destacando tais consequências não implica ignorar o enriquecimento que a assimilação desse pensamento tem possibilitado ao Serviço Social. Não seria exagero dizer que, graças a essa opção teórico-metodológica, a empreitada de se opor à hegemonia das classes dominantes, na academia, tornou-se quase unicamente do Serviço Social, tanto que o curso é, hoje, o refúgio de filósofos, economistas, educadores e de outros profissionais que querem uma ruptura radical com o legado positivista (TAVARES, 2013, p. 9).

Porém, ao adentrar a produção intelectual e acadêmica, é possível identificar que o marxismo dos anos 1970 teve duas portas de entrada na profissão, uma delas foi considerada vulgar, “[...] portadora de um universo teórico radicalmente eclético [...]” (IAMAMOTO, 2005, p. 99), a outra “[...] veiculava uma visão fatorialista e evolucionista da história” (Ibid., 2005, p. 99). A autora também dispõe que houve uma “[...] desconsideração da história somada, nesse período, a um esvaziamento da riqueza analítica do pensamento do autor, travestido por uma lógica positivista” (Ibid., 2005, p. 100), ou seja, o desafio de incorporar a teoria social crítica, implicava estudos rigorosos das obras, para proporcionar o entendimento global dos rumos éticos:

Para compreender a teoria de Marx, seu conceito de materialismo-histórico-dialético e associá-la ao Serviço Social faz-se necessário destacar o seu surgimento e as bases que originaram seu pensamento. Durante a Idade Média a filosofia europeia era vista sem uma perspectiva de totalidade, “[...] pressupunha a existência, além do mundo sensível e histórico, de uma dimensão mais real e povoada de substâncias ou essências imutáveis que seriam os verdadeiros objetos do conhecimento” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 28). Assim, a filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que posteriormente foi aprofundada por Marx,

introduziu um modo de pensar onde “a realidade histórica desenvolve-se enquanto manifestação da razão, num processo incessante de autossuperação desencadeado pelo conflito e pela contradição que lhe são inerentes” (Ibid., 2009, p. 28), eis a unidade dialética.

A filosofia de Marx “[...] é o resultado de um trabalho intelectual de análise crítica, a partir da problematização da dialética Hegeliana, do materialismo Feuerbachiano, do socialismo utópico e da economia política clássica” (SCALZAVARA, 2005, Slide 5), aprofunda a condição de negação e superação de determinada ordem, “[...] o método crítico dialético traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto: uma perspectiva relacional, que foge ao empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 36) e traz como conceito de materialismo histórico:

Os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daqueles que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou [...] A primeira condição de toda a história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos (MARX; ENGELS, 1932, p. 18, apud. QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 30).

Para abarcar o contexto observado pelo método de Marx, é importante compreender a realidade como um todo “[...] que possui sua própria estrutura (não é caótica), que se desenvolve (não é imutável nem dada de uma vez por todas); que se vai criando (não é um todo perfeito e acabado, é histórica e social)” (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 41), essa totalidade também abrange que “[...] além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 30), “[...] para compreender o real, em todas as suas particularidades é preciso construir um sistema de mediações, que vá além da nossa visão de mundo, daquilo que está dado” (SCALZAVARA, 2005, Slide 26).

Para o Serviço Social a análise da totalidade envolve todo o processo de trabalho, seja este em atuação direta com os usuários ou não, compreendendo a elaboração, implementação e avaliação de uma política, programa ou projeto, que requer a observação dos fatos e sua organização em um todo, para proporcionar maior alcance das suas ações. Esse reconhecimento da realidade vivida pelos

sujeitos permite a aproximação com base em postulados éticos, segundo a autora Telma Cristiane Sasso de Lima (2006, p. 35) é preciso “[...] reconhecer que as mudanças no interior de uma profissão derivam da relação que esta estabelece com as transformações presentes na sociedade”. As lacunas deixadas pela teoria marxista na categoria dizem respeito à realidade dialética, em constante transformação, que requer incontáveis processos de tese-antítese-síntese para continuar respondendo as demandas profissionais.

A luta entre classes é histórica, envolve contradições e antagonismos e anseia pela transformação, “para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 42), “a classe explorada constitui-se assim no mais potente agente da mudança” (Ibid., 2009, p. 42) dessa forma se expressa a “[...] possibilidade de uma apreensão do movimento dialético da realidade e da objetividade da moral como algo histórico e realizado pelo próprio homem.” (BARROCO, 2005, p. 74). O Serviço Social possui o aporte de se posicionar sempre ao lado dos interesses históricos da classe trabalhadora - e isso constitui em outra internalização da teoria marxista -, seu Projeto Ético Político está “[...] vinculado a um projeto social radicalmente democrático [...]” (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 20).

Ao retomar os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, que são a liberdade, autonomia, emancipação, defesa dos direitos humanos, da cidadania, da democracia, da equidade e justiça social, da eliminação de todas as formas de preconceito e garantia do pluralismo, é imprescindível analisar o caminho traçado sobre as contradições presentes na sociedade nas últimas décadas e sua interlocução com o marxismo, além de compreender a objetivação da construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração, que, sem dúvida, é a maior contribuição da teoria social crítica.

Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como

pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 20-21).

Por meio da ética há a internalização de identidades, de convicções e de compromissos, urge a necessidade de “[...] apreender o que é sua unidade enquanto grupo particular, relativamente à sociedade. Isto significa, portanto, a politização de sua profissão, isto é, na sua concatenação de grupo dentro da sociedade [...]” (SIMÕES, 2005, p. 69), muito mais que um controle profissional, a ética do Serviço Social aponta para uma forma de refletir a sociedade de forma dialética, com o rompimento da neutralidade, onde o coletivo da profissão também requer uma democracia para não se tornar uma ditadura de pensamento. O trabalho, seja ele qual for, possui um agir direcionado a um ponto (SIMÕES, 2005).

Mesmo a ação realizada de forma mais imediata e cotidiana, possui vinculação com a consciência e com a ética profissional. A apreensão teórica permite que o assistente social atue com intencionalidade, partindo do pressuposto da transformação da condição de opressão que os sujeitos sociais vivem (BAPTISTA, 2005). O método de Marx é crítico “[...] porque submete toda a interpretação preexistente à análise” (SCALZAVARA, 2005, Slide 6), e isso relaciona-se ao Serviço Social nos aspectos de compreender as determinações históricas da vida das pessoas, de modo que a condição de subalternidade não é mero resultado de escolhas de vida, mas um complexo relacional de toda inserção histórica da pessoa na sociedade. “o mundo é, permanentemente, movimento, e esse movimento acontece através da negação, da contradição” (SCALZAVARA, 2005, Slide 11), é através da negação do que é imposto como verdadeiro e correto na sociedade capitalista, mesmo que isso envolva o questionamento de valores e da moral, que a profissão situa-se no espaço e tempo contemporâneo, “a análise dialética descobre o caráter essencial das relações de antagonismo” (SCALZAVARA, 2005, Slide 60), podendo observar os condicionantes da exclusão e da marginalização no tempo presente.

O método de Marx fundamenta-se na perspectiva de totalidade, suas dimensões constitutivas e o processo de reprodução histórica, buscam entender as

mudanças dentro do processo, os fenômenos da sociedade capitalista e suas funções, apreender a legalidade da ordem burguesa e as formulações teóricas, expressando o movimento da própria realidade sócio-histórica. Assim, o estudo da profissão de Serviço Social procura seu significado dentro da sociedade capitalista, ou seja, através de sua compreensão. A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida, ou seja, o modo de como são produzidas e reproduzidas às relações sociais na sociedade.

Para o Serviço Social, a apreensão da realidade concreta que o sujeito encontra-se inserido é o seu ponto de partida para a intervenção profissional. A teoria social de Marx orientada pela perspectiva de totalidade revela ao profissional a necessidade de compreender o objeto de trabalho no seu sentido amplo e realizando o movimento do singular para o plural e do plural para o singular, ou seja, a prática profissional intervém no indivíduo, grupo/família e sociedade. A partir da teoria de Marx é possível perceber a essência das demandas e atuar sobre as causas delas e não somente em seus efeitos.

Assim os serviços prestados à população são entendidos como expressão dos direitos sociais do cidadão, embora sejam ministrados e ofertados por intermédio das relações de trabalho e são expressão da divisão da riqueza socialmente produzida ou parte dela sob a forma de serviços, programas, projetos e benefícios.

3 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

3.1 AS COMPETÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICA, TÉCNICO OPERATIVA E ÉTICO POLÍTICA ENQUANTO POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No ano de 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS implantou as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, “com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade [...]” (ABEPSS, 1996, p. 3), isso ocorreu porque já havia a necessidade da adequação do seu currículo, uma vez que a realidade dialética sempre demanda novas investigações e respostas profissionais. O documento dispõe que é preciso “[...] compreender a

profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS, 1996, p. 5).

No documento estão presentes os princípios, diretrizes, núcleos de fundamentação, matérias básicas e atividades indispensáveis integradoras do currículo, além das três competências do Serviço Social, nortes indispensáveis para a compreensão e rumos da profissão frente ao momento sócio-histórico. As três competências do Serviço Social caminham juntas e se completam mutuamente, não há pretensão de separá-las, mas analisa-las cada uma em sua especificidade, como pressuposto, de que ao serem consideradas em sua totalidade, promovam a transformação social.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção (ABEPSS, 2009, p. 14).

Do ponto de vista teórico-metodológico há a compreensão dos saberes profissionais, das teorias que embasam a metodologia de trabalho e que são necessárias para uma constante visão crítica da realidade, “a teoria fundamenta a prática e encontra-se no nível da abstração e, o método, por sua vez norteia a prática. Ambos devem ser incorporados no agir profissional” (SUGUIHIRO et al, 2009, p. 6).

O pensar deve estar articulado com o agir, é preciso saber para realizar a prática com qualidade, que responda as demandas de modo articulado com a teoria construída historicamente, só assim é possível sair das amarras do julgamento moral e do senso comum, “é o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão” (ABEPSS, 1996, p. 13). Isso também demanda um constante aprimoramento intelectual, para que o profissional não se aliene em seu cotidiano e continue respondendo aos interesses da classe trabalhadora, com base em seu Projeto Ético-Político.

Cabe um constante investimento no processo de apreensão da realidade concreta e das mudanças sociais em movimento, para identificar novas possibilidades de intervenção profissional, por meio de qualificação continuada para desenvolvimento de novas competências e habilidades para atender as novas demandas postas à profissão (SUGUIHIRO; et al, 2009, p. 6).

A autora Iamamoto (2005, p. 89) salienta acerca da necessidade de não observar a profissão de modo determinista como se “[...] fosse exclusiva e unilateralmente resultante das oscilações histórico-conjunturais, independente da ação dos sujeitos que o constroem”, a realidade acrescenta alternativas profissionais, que são incorporadas de acordo com a função social contra hegemônica do Serviço Social, e os efeitos não estão contidos nas causas.

O Serviço Social, assim como a teoria marxista, nega o que lhe é posto como determinado, como correto e não passível de transformação, visa compreender os processos históricos para aprimorar sua teoria e prática dialeticamente ao movimento da sociedade. Nesses aspectos, articula-se um entendimento que a profissão “[...] tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social” (ABEPSS, 1996, p. 13).

[...] do ponto de vista teórico-metodológico, o Serviço Social passou da mera negação e denúncia do tradicionalismo profissional ao trato efetivo de seus dilemas e impasses, tanto no campo teórico como na prática cotidiana. Transitou de uma abordagem meramente metodologista no campo dos encaminhamentos da ação para o enfrentamento – ainda com dificuldades e debilidades – das polêmicas teórico-metodológicas presentes no pensamento social na modernidade, articulando as reflexões sobre a profissão [...] (IAMAMOTO, 2005, p. 93).

É preciso romper com a dicotomia entre profissionais que pensam e profissionais que fazem (SUGUIHIRO; et al, 2009), entre aqueles que formulam, que executam e que avaliam, tornando o processo de trabalho fragmentado, assim como a produção capitalista, onde cada um possui uma parte do trabalho e desconhece seu produto final. A competência teórico-metodológica surge para que os profissionais possuam um aporte teleológico de sua ação, identificando inícios, meios e buscando fins de acordo com a teoria social crítica.

A adoção de teorias dentro da profissão, sua adequação e a construção de teorias próprias envolve esta competência, onde os profissionais são os principais agentes dos rumos que o Serviço Social traça na sua inserção na sociedade, “intervir na realidade de forma crítica e criativa, associada à produção de conhecimento, é o que garante ao profissional a capacidade da unidade pensamento e ação” (SUGUIHIRO; et al, 2009, p. 9).

A disposição de estratégias de ação resultará no método de trabalho empregado pelo Assistente Social, modificando uma realidade, transformando o sujeito em ator e autor de sua história. Esta prática profissional é a verdadeira legitimação da profissão (SUGUIHIRO; et al, 2009, p. 7);

Do ponto de vista técnico-operativo temos o fazer profissional, que consiste na construção e efetivação das ações desenvolvidas (TORRES, 2009), é o conjunto de habilidades junto à operacionalização do trabalho do assistente social. Dentro dessa competência está atrelada a dimensão interventiva, que ocorre através do “[...] conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social” (TORRES, 2009, p. 217). Intervenção esta que não se coloca de forma autoritária, mas que contém uma troca de ações éticas com os usuários.

A partir da realidade concreta que o profissional intervém e realiza seu trabalho, “[...] não há possibilidade de construção interventiva sem necessariamente ocorrer a análise dos fenômenos sociais, dos determinantes presentes na realidade social” (TORRES, 2009, p. 118). Para isso é necessário compreender o modo de vida dos usuários, suas reais demandas e associá-las a intencionalidade profissional.

A técnica proporciona a habilidade de trabalhar com os instrumentos, esta habilidade provém das teorias da formação, da análise e compreensão da realidade e do constante aprimoramento intelectual e sua intersecção com a atividade cotidiana, “[...] dela emerge a existência, a materialidade e a concreticidade da profissão” (TORRES, 2009, p. 217), assim como “o atendimento às demandas postas pelos usuários exige do profissional a recriação constante do conhecimento e das mediações que norteiam a caminhada da teoria às práticas” (Ibid., 2009, p. 218).

Para reconhecer a união entre as três competências e sua interdependência “[...] não é possível esquecer que o eixo técnico operativo das profissões deve estar

relacionado ao seu norte ético-político, pois mesmo no uso de um instrumento de apoio há uma intencionalidade” (MAGALHÃES, 2003, p. 47 apud SUGUIHIRO; et al, 2009, p. 7), assim como toda ação profissional requer estudo e teoria, a dimensão teórico-metodológica age com respaldo para as outras competências interligando-as.

A competência ético-política está relacionada ao saber ser profissional, possui raízes filosóficas que proporcionam a construção dos valores e a inserção do Serviço Social na realidade societária, que caracteriza a percepção política e as contradições existentes. Ao mesmo modo que todo o método utilizado na profissão “a ética como ciência utiliza-se do método da dialética para a apreensão da moral, do seu estudo, enquanto atividade científica [...]” (SIMÕES, 2005, p. 70).

A ética, como apreensão teórica da moral, diz respeito aos seus fundamentos e à busca do significado histórico dado aos valores: diz respeito às raízes dos problemas, à busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade. Ética profissional, neste sentido, deveria ser a disciplina que discute estas questões em relação às peculiaridades de cada profissão, mas sem nunca restringir a ética a dimensão de uma profissão (BARROCO, 2005, p. 81).

A ética compreende a teorização crítica da moral, dos modos de ser e se comportar em sociedade, é uma convicção que permeia a intencionalidade profissional. A ética e a moral “[...] estão presentes no cotidiano do nosso trabalho e das nossas vidas, por meio de escolhas de valor e das implicações ético-políticas da nossa intervenção” (BARROCO, 2005, p. 82), o que importa ao Serviço Social é pensar a ética como um modo de construir uma sociedade mais justa e igualitária, sua moral e escolha de valores dizem respeito a esse posicionamento que caminha em contra hegemonia aos valores da sociedade capitalista e excludente. A moral enquanto senso comum deixa a profissão em sua Reconceituação, porém, é preciso retomar questões durante o trabalho cotidiano dos profissionais, por estes recaírem em práticas assistencialistas, impostas pela própria instituição.

A construção política dentro do Serviço Social tem como base de análise a história do país, das políticas sociais e da própria profissão, que reconfigurou sua função com base em ações socioeducativas, de controle social, empoderamento e transformação de modos de vida, “a história foi tomada não apenas como reconstituição do passado, mas como elemento essencial para se compreender os determinantes e efeitos da prática profissional na sociedade brasileira atual [...]”

(IAMAMOTO, 2005, p. 95). Nesses aspectos é possível direcionar a “[...] prática na perspectiva de reforço ao processo de construção da democracia e da cidadania dos trabalhadores, preservando e ampliando seus direitos sociais” (Ibid., 2005, p. 95).

O Serviço Social deve traduzir os seus compromissos éticos na busca de elucidação e na construção de propostas coletivas alternativas para a crise de longa duração que vem atravessando a sociedade brasileira, cujo enfrentamento no marco das propostas neoliberais vem resultando no agravamento da profunda degradação da vida humana (IAMAMOTO, 2005, p. 104).

As competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas apontam o norte de atuação do Serviço Social, estão atreladas por partirem do real concreto, por permitirem uma análise crítica desta realidade e intervirem com vistas aos fins últimos, ou seja, a transformação social. A utilização das três competências “[...] são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho” (ABEPSS, 2009, p. 14).

Além das demandas imediatas, o assistente social possui atribuição de compreender e visualizar os fins últimos de suas ações, sua intencionalidade que traça os caminhos para os resultados, intencionalidade esta que remonta a teoria crítica em Marx, e coloca o mundo do trabalho como espaço de atuação profissional. É através da construção coletiva e do empoderamento que as classes tomam consciência de sua opressão e procuram sua emancipação do sistema que a domina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho assentou-se no principal propósito de compreender as competências profissionais do Serviço Social junto à perspectiva crítico dialética em Marx, tendo em vista que o materialismo histórico-dialético possui uma multiplicidade de interpretações dentro das Ciências Sociais e também do Serviço Social assim, ao apreender a questão social como o modo de dominação capitalista e as suas múltiplas expressões como os condicionantes deste sistema econômico, é possível observar o objeto de trabalho dos assistentes sociais, a função para este existir e importância na sociedade atualmente.

Aqui não se almejou expor de forma messiânica e endogenista a prática, na qual há a crença de que cada profissional pode transformar a realidade do mundo e da hegemonia vigente, mas visar às possibilidades de contribuir para a modificação da estrutura e superestrutura – a base material e intelectual – pois incide diretamente no modo de vida das pessoas. O modo particular como o profissional observa e interpreta a realidade, tendo uma intencionalidade ético-política, imprime uma identidade as suas ações.

No que se refere à teoria marxista e a sua aproximação com a categoria ético-política do Serviço Social, este trabalho pretendeu apresentar a totalidade que envolve as relações sociais e a observação da realidade que se transforma e que incorpora o novo, baseado no movimento de produção e reprodução existentes na história da vida em sociedade e nas lutas de classe cada vez mais complexificadas. Marx parte do real concreto e seu método, o materialismo histórico dialético, pressupõem o estudo dos fatos através dos indivíduos reais e suas relações de existência, com a perspectiva de que nada é estático ou definitivo e está em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva in BONETTI, Dilséa Adeodata; et al (org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 6ª Ed, São Paulo, Cortez, 2010, p. 71-83.

BAPTISTA, Myrian Veras in MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. A ação profissional no cotidiano. – 2ª Ed., São Paulo, Cortez, 1998, p. 110-121.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BELTRAME, Betina; DORNELES, Felipe Rigon; GRZYBOVSKI, Denize. **Teorias do Desenvolvimento**: Um olhar a partir de David Harvey. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis/SC, 2013. Disponível em <<http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/ADE105.pdf>> Acesso em 22/08/2015, 18h52min.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94. Disponível

em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 09/09/2015, 17h44min.

FIGUEIRA, Sônia Maria de Almeida. **Fundamentos Filosóficos do Serviço Social**. UNISA DIGITAL – Universidade de Santo Amaro, 2009. Disponível em: <http://www.unisa.br/conteudos/6425/f136208005/apostila/apostila.pdf> Acesso em 02/09/2015, 22h09min.

IAMAMOTO, Marilda Vilela in BONETTI, Dilséa Adeodata; et al (org.). **Serviço Social e Ética**: Convite a uma nova práxis. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. 6ª Ed, São Paulo, Cortez, 2005, p. 87-104.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social**: tendências da produção bibliográfica. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira. 2ª Ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 27-65.

SCALZAVARA, Fernanda. **O método na perspectiva crítico dialética**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2005, apresentação de PowerPoint.

SIMÕES, Carlos in BONETTI, Dilséa Adeodata; et al (org.). **Serviço Social e Ética**: Convite a uma nova práxis. A ética das profissões. 6ªEd., São Paulo, Cortez, 2005, p. 60-70.

SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko; et al. **O Serviço Social em debate: fundamentos teórico-metodológicos na contemporaneidade**. Revista Multidisciplinar da UNIESP, SABER ACADÊMICO - n ° 07 - Jun. 2009/ ISSN 1980-5950. Disponível em http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/2_servico_em_debate.pdf Acesso em 12/09/2015, 18h04min.

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Jessica Crisciane Sobanski
Regiane Nós

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e do Projeto de Intervenção em Estágio Supervisionado em Serviço Social. Apresenta como questão fundante a contribuição dos assistentes sociais nos processos de Organização Comunitária e tem como objetivos de estudo discutir sobre o trabalho dos assistentes sociais nos processos de Organização Comunitária em articulação com o Projeto Ético Político Profissional e apresentar a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR. A metodologia contempla os métodos da pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Através da pesquisa foi possível perceber que as organizações de comunidade se mostram como um campo de atuação profissional quando nela são requeridos processos de mediação e diálogo entre a teoria e a prática das ações e movimentos sociais. Elas surgem quando uma comunidade percebe a importância da elevação de demandas individuais para demandas coletivas, por proporcionarem maior visibilidade ao poder público e possuir um caráter que priorize a elevação das condições de vidas de todos, sejam estas condições materiais ou ideológicas. Este senso de comunidade vai além do aporte messiânico do bem comum, pois visa o empoderamento e a apreensão da realidade concreta.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado. Desenvolvimento Comunitário. Projeto Ético-Político Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT: This article is the result of a literature search and Intervention Project in supervised internship in social work. It presents as a matter founding the contribution of social workers in Community Based Organization process and its study discuss the work of social workers objectives in Community Organizing processes in conjunction with the Political Ethics Professional Project and present the Supervised Internship experience in Social Work Housing Complex in Monsignor Clemente Preima of Mallet / PR. The methodology covers the methods of basic research, qualitative, explanatory and bibliography. Through research it was revealed that the community organizations to show how a professional field when it is required mediation and dialogue processes between theory and practice of social actions and movements. They arise when a community realizes the importance of lifting individual demands for collective demands by offering greater visibility to the government and have a character that prioritizes raising the conditions of life of all, whether material or ideological conditions. This sense of community goes beyond the messianic contribution of the common good, because it seeks the empowerment and understanding of concrete reality.

KEYWORDS: Supervised. Community Development. Ethical-Political Project Professional. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e do Projeto de Intervenção em Estágio Supervisionado em Serviço Social. Apresenta como questão fundante a contribuição dos assistentes sociais nos processos de Organização Comunitária e tem como objetivos de estudo discutir sobre o trabalho dos assistentes sociais nos processos de Organização Comunitária em articulação com o Projeto Ético

Político Profissional e apresentar a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR.

O trabalho elucida o trabalho dos assistentes sociais junto aos processos de Organização de Comunidade e sua interlocução com as ações socioeducativas que visam o empoderamento e participação social. Nestes aspectos, o Plano de Intervenção de Estágio Supervisionado em Serviço Social resulta de uma experiência junto ao Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR e sua proposta de organização de bairro, da qual se faz uma análise crítica dos limites e possibilidades encontrados juntos à intervenção, traçando as possíveis soluções.

A metodologia da pesquisa, que para tornar científica a construção do trabalho, apresenta-se no segundo capítulo, utilizando a pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica, além de consultas em materiais desenvolvidos junto ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, com orientação acadêmica pedagógica e de campo, junto às Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU e Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Mallet/PR.

2 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.1 CONTEXTUALIZANDO O SERVIÇO SOCIAL COM O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O Serviço Social é “[...] uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 22), isso imprime desafios na mediação entre instituição e usuários dos serviços, uma vez que este profissional é remunerado para desenvolver uma política que demanda especificidade e que, por vezes, responde apenas a imediatismos, sem interlocução com o produto de sua ação, sem priorizar a atuação com base nos fins últimos (DURIGUETTO; BALDI, 2012).

A burocracia do trabalho cotidiano influencia diretamente o desenvolvimento dos processos de trabalho, contribuindo com a alienação profissional, que, por conseguinte, responde com mais profundidade os interesses do Estado do que da população com a qual trabalha. O assistente social também é vítima da supervalorização do capital em detrimento do distanciamento do ser humano. Romper

com os imediatismos envolve a busca pela ação teleológica, respaldada na teoria crítica profissional em todas as etapas e formas de atuação, com objeto profissional definido e rumos ético-políticos coerentes com a perspectiva de construção de uma nova sociabilidade. Nesses aspectos, o objeto de trabalho sobre o qual o Serviço Social é chamado a atuar compreende as múltiplas expressões da questão social, que consistem no:

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Há uma tendência neoliberal de naturalizar a questão social, que imprime a incapacidade nos indivíduos pelos bens e serviços que não conseguem alcançar por mérito próprio, que remete os desajustados desse sistema para práticas assistencialistas e para organizações não governamentais, que caracterizam a transferência de responsabilidades para o terceiro setor. Enquanto o Estado se despossui da mediação social e econômica, o mercado detém autonomia para regulação das relações da sociedade.

Nesse aspecto há a atribuição “[...] aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas, o que deriva na análise dos problemas sociais como problemas do indivíduo isolado e da família” (NÓS, 2014, Slide 20), dessa forma “perde-se a dimensão coletiva e isenta-se a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades” (Ibid., 2014, Slide 20). É para combater essa análise particularista de análise da vida social, que o Serviço Social almeja um Estado participativo através de políticas sociais e públicas, concebidas de maneira democrática por seu povo.

Para que seja dado início à proposta emancipatória defendida pelos assistentes sociais, existem inúmeras ações que podem alavancar a participação popular, entre elas encontra-se o Desenvolvimento de Comunidade, conceituado por Maria Luiza de Souza (2008, p. 13) como “[...] processo pedagógico de ação junto às comunidades” uma vez que “[...] o Desenvolvimento de Comunidade [...] contribui como

procedimento técnico-metodológico que ajuda na mobilização e organização popular em seus enfrentamentos e em suas ações” (Ibid., 2008, p. 15).

Segundo o autor Vicente de Paula Faleiros (2002, p. 15) o trabalho do assistente social em melhorias de comunidade “[...] nos anos 30 consistia em mudar o comportamento do indivíduo e da família”, que incide no ajustamento das pessoas ao meio em que vivem; este, o modelo econômico dominante capitalista. Já nos anos 60 “[...] o eixo teórico-prático da intervenção em organização de comunidade consistia em melhorar o meio, as condições imediatas [...]”, o que reflete ainda as práticas pulverizadas tão comuns no histórico do Serviço Social.

Nos anos 90, com a mudança na dinâmica dos próprios movimentos que não se articulam tanto por bairros e problemas, mas por engajamento de sujeitos específicos como negros, mulheres, vítimas, homossexuais, na luta contra as discriminações, o próprio Serviço Social desconstrói e constrói a questão da luta de classes tal como colocada nos anos 60. Os movimentos de bairros, que foram importantes nos anos 60, muitos até apoiados pelo desenvolvimento de comunidade, não tem mais a mesma dinâmica reivindicatória e contestatória em face das mudanças das políticas sociais e das condições de desemprego da população (FALEIROS, 2002, p. 19).

A importância em retomar os movimentos de bairro não visa ocultar os movimentos setoriais (mulheres, negros), mas sim efetivar a mudança que deve ser gestada em todos os âmbitos com abrangência territorial, uma vez que públicos marginalizados e discriminados existem em todos os territórios e classes sociais. A abrangência desses movimentos requer sua interlocução com todos os setores da sociedade, instituições e políticas públicas, para que não haja fragmentação e deslocamento de poder reivindicatório.

A educação popular, gestada no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, guia o processo de mobilização através da valorização de conhecimentos não apenas científicos, mas que almejam a construção social e cultural de um povo, que pode ser compreendida como “[...] um conjunto de ideias políticas, filosóficas e pedagógicas cujos pontos de honra são a valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia [...]” (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 71). A proposição da politização cidadã envolve as categorias grupais e

comunitárias, com ações educativas que visam objetivos em comum: empoderar para transformar.

Aqui se retoma a dimensão socioeducativa do Serviço Social, que apreende a Educação Popular para as intervenções de resgate da soberania popular, pois só existe transformação social quando esta é gestada na própria sociedade e há entendimento de que os sujeitos devem fazer parte desse processo (NÓS, 2014, Slide 5). “É através do acesso a diferentes informações que se constroem processos de participação e de formação de uma consciência coletiva dos sujeitos, remetendo para o exercício autônomo da participação na esfera pública” (NÓS, 2014, Slide 2).

O compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora, apontado no Projeto Ético Político Profissional como a práxis emancipadora dos sujeitos coletivos através de ações de cunho reflexivo, dispõem que o sujeito só é sujeito de direitos quando conhece isso, daí a necessidade de reconhecer a aprofundar o conhecimento popular, além de garantir a autonomia nos processos de reivindicação, uma vez que a demanda deve ser trazida de quem possui a necessidade de superação desta, e não de uma política instituída verticalmente.

Encarar hoje a questão do conhecimento dá e na sociedade carece entender que estamos vivendo um tempo em que se procura mapear uma outra possibilidade, que se cria nos entremeios e nas invariâncias das relações de dominação e seus espaços de oposição. O espaço para o terceiro, para as novas possibilidades, é o lugar e o momento da mescla, do estranhamento, do argumento e do comentário no contexto das comunidades interpretativas que juntam e recompõem discursos vários. Terrenos das invenções, e não apenas das inovações técnico-científicas. Da informação no sentido da difusão, mas principalmente da invenção, do movimento. [...] A educação popular de outrora, produtora de uma cidadania ativa, hoje ajuda os atores sociais a serem propulsores da sociedade, participando de lutas por melhores condições de vida, encarando seus problemas e se organizando para encaminhá-los. Além do que, no campo pedagógico formal, a ideia de conhecimento tem sido cada vez mais focada na inclusão das pessoas no atual modelo mundial de organização econômica: conhecimento para o trabalho, para o emprego, para a inserção na globalização. Caberia nesse caso aos movimentos, suas redes e entidades reimpulsionar outras dimensões do conhecimento e da educação para a política, para os direitos humanos, para a cidadania (MARTELETO, RIBEIRO, GUIMARÃES, 2002, p. 79-80).

O Desenvolvimento de comunidade diz respeito à identificação das pessoas com seus espaços de moradia, os processos sociais são favorecidos pela similaridade do modo de vida, poder de consumo e infraestrutura. Esses processos sociais podem

ser compreendidos sob os ângulos dos movimentos sociais e das políticas sociais, o primeiro compreende “[...] mobilização e organização popular, à medida que se aguçam as contradições sociais, levando a população a um pensar e a um agir em comum diante dos problemas de consumo coletivo que enfrenta” (SOUZA, 2008, p. 14). Já o segundo envolve as instituições do setor público, que ao visualizar a “[...] movimentação da população em suas áreas de moradia como tensão social ou possíveis tensões, define mecanismos de controle [...]” (Ibid., 2008, p. 14).

A função social dos assistentes sociais nesse histórico de luta pela participação e efetivação de direitos, vinculado ao Desenvolvimento de Comunidade, ante um Estado protetivo, “[...] evoca a participação popular como condição importante para se chegar ao desenvolvimento global do país” (SOUZA, 2008, p. 15), esta aparece com centralidade de articulação, pois o Serviço Social apreende que “em suas contradições, os espaços de moradia podem se tornar espaços de transformação social” (SOUZA, 2008, p. 17).

O DC vem se identificando historicamente como um processo técnico-metodológico de ação comunitária. Enquanto tal, também historicamente demonstra relação direta com as demandas do contexto sócio-histórico que se situa. Nesse sentido, direcionar sua prática em função dos usuários, que são as camadas populares, requer reflexões e redefinições contínuas. O contexto social é dinâmico e, assim, novos condicionantes vão sendo implicados nos interesses e preocupações fundamentais da população usuária (SOUZA, 2008, p. 18).

Há uma crescente necessidade de proporcionar espaços para discussão, pois a população ainda não acessa os modelos de participação e controle social existentes, uma vez que esses espaços não foram compreendidos dentro da democracia brasileira como meios efetivos de conhecimento da realidade. Aqui se retoma o conceito de espontaneidade da organização popular, que toma frente por suas demandas e requerem comprometimento na perspectiva teórico-crítica de análise, para que a participação não se torne “[...] cada vez mais submissa e objeto de decisões estranhas aos seus interesses e preocupações” (SOUZA, 2008, p. 16).

Dessa forma, os assistentes sociais, através das ações socioeducativas respaldadas na teoria da Educação Popular, visam o rompimento com as deliberações verticalizadas que atingem direta e indiretamente o convívio social e familiar dos

sujeitos, e para que isso ocorra, a categoria acredita no movimento de classes, grupos e comunidades em apreender o empoderamento através do conhecimento, para buscar novas formas de sociabilidade e relações sociais.

3 EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO COMUNITÁRIO

3.1 A EXPERIÊNCIA NO CONJUNTO HABITACIONAL MONSENHOR CLEMENTE PREIMA DE MALLET/PR

No período de fevereiro a junho do ano de 2014 foi elaborado o Projeto de Intervenção em matéria de Estágio Supervisionado II, que teve como tema Relacionamento e Organização Comunitária do Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR, a proposta teve como objetivo geral desenvolver junto aos moradores a organização social e promover o fortalecimento comunitário, nas moradias advindas de parcerias entre o município de Mallet e a Companhia de Habitação do Paraná. O Plano de Intervenção teve como objetivos específicos: Realizar busca ativa nas moradias, com preenchimento de questionário, que vise em primeiro momento, o conhecimento da realidade familiar e sócio comunitária da região; Compreender as necessidades enfrentadas antes da casa própria, as necessidades que ainda possuem, as vulnerabilidades a serem superadas e qual o caminho que estão buscando para a solução; Proporcionar espaço para discussão dos aspectos que melhoraram na vida das famílias mutuiárias, bem como a proposta de melhorias, pautadas no relacionamento comunitário e organização social, haja vista o conhecimento dos direitos frente o Brasil como Estado Democrático de Direito.

O Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR não possui uma organização de bairro que represente seus interesses e demandas frente ao poder público municipal, a proposta do Projeto de Estágio consistiu na elaboração de encontros com pauta na organização de comunidade e relacionamento comunitário, com vistas ao fortalecimento de vínculos, mobilização, participação e desenvolvimento de controle social.

Ao desenrolar do Plano de Intervenção, é perceptível que os moradores do Conjunto possuem dificuldades com relação à infraestrutura, mobilidade urbana e comunicação com a Prefeitura Municipal, mais precisamente com a Secretaria de

Obras e Serviços Públicos nos serviços de pavimentação, urbanismo, limpeza de ruas e terrenos públicos e coleta de lixo. Ao considerar as possibilidades encontradas, é passível de destaque a forte presença da participação da comunidade nas reuniões, encontros e palestras organizadas, pois é dessa forma que compreendem que pode ocorrer a mudança nas relações sociais, vínculos comunitários e infraestrutura.

As expressões da questão social encontradas sob a perspectiva da organização de bairro são a educação, transporte escolar, saúde, inaccessibilidade ou precárias condições de acesso ao mercado de trabalho, a falta de opções de lazer próximas e seguras, mobilidade urbana e infraestrutura inadequada e falta de regularização das moradias que já não pertencem à primeira família mutuaría. Através do real concreto vivido com os sujeitos, as demandas do Conjunto Habitacional são principalmente de serviços públicos de qualidade, garantidos pelo Estado no Art. 6º da Constituição Federal, mas que não são concretizados mesmo após vinte e seis anos da Carta Magna.

As expectativas das famílias mutuarías são urgentes, a falta de acesso a serviços como creches para crianças de zero a seis anos reflete nas condições de trabalho principalmente de mulheres, que não podem acessar escolas particulares para seus filhos, com reflexos posteriores na previdência social. Outra questão é a necessidade de um lugar adequado para viver, sem violência, discriminação, exclusão social e com espaços propiciadores de desenvolvimento para todas as gerações e limitações.

O Código de Ética Profissional do Serviço Social dá a direção social da categoria no movimento contraditório da sociedade, marcado pelo liberalismo econômico, a desresponsabilização do Estado frente às demandas postas pela realidade e o sucateamento dos serviços que já existem. Dessa forma, o Serviço Social possui compromisso na perspectiva da garantia de direitos e liberdades, a direção social da profissão está na luta pela consolidação e universalização do acesso, através também, das organizações de comunidade na mobilização para Educação Popular e Controle Social.

As visitas domiciliares para entrevista e preenchimento de questionário de conhecimento da realidade familiar foram realizadas em duas quintas-feiras,

abrangendo um público de metade do Conjunto Habitacional. Esse recorte foi realizado de acordo com as famílias que se encontravam em casa no momento da entrevista e demonstraram interesse em participar dos encontros.

Nas semanas seguintes foi enviado um convite às famílias para o primeiro encontro, que se realizou no dia 25 de setembro de 2014, e teve como pauta a apresentação dos objetivos dos encontros, dinâmica de interação com o grupo, eleição de representantes, enumeração das principais demandas da comunidade e entrega de uma planta para que cada pessoa possa contribuir na organização e melhora do bairro. O comparecimento de dezoito pessoas demonstrou o interesse da comunidade na participação para melhoria das condições do Conjunto Habitacional, ficando estabelecido que para o próximo encontro cada um trouxesse o que mais representa importância com relação à organização de bairro.

O segundo encontro aconteceu no dia 2 de outubro de 2014 e teve sua pauta alterada devido à presença de um vereador, convidado por uma moradora do bairro. Dentro da disciplina de Serviço Social, Organização Social, Movimentos Sociais e Terceiro Setor, foi apreendido que a presença político partidária descaracteriza a proposta de organização e movimento social, devido a estes levarem o interesse ideológico e identitário ao interesse eleitoral. Dessa forma foi apresentada a proposta dos encontros e a importância da câmara de vereadores na aprovação das leis que visem o bem estar e cidadania da população, bem como a necessidade de participação da população nas sessões ordinárias e extraordinárias.

Neste encontro contou com a apresentação do mapa da cidade, o edital de concurso público em andamento do município de Mallet, a isenção da taxa com o Cadastro Único para Programas Sociais e o que cada pessoa trouxe para contribuição na proposta de organização de bairro, exemplificado com a mediação para que a comunidade em conjunto provoque mudanças e a união para definir problemas e elaborar soluções.

O terceiro encontro realizou-se no dia 9 de outubro de 2014, com a explanação dos três poderes e suas funções, cidadania e participação social. Foi elaborada uma lista de aniversariantes do grupo com objetivo de fortalecimento de vínculos entre o bairro, assim como uma dinâmica intitulada “Troca de um Segredo” em que cada um

escrevia em um papel o que mais lhe incomodava na relação entre comunidade, em seguida os papéis seriam misturados e cada um faria a leitura apontando soluções para o problema. A formação de uma conduta coletiva enquanto ação organizada em torno de interesses da classe trabalhadora envolve a superação de interesses particulares e individualistas.

O último encontro foi realizado no dia 23 de outubro de 2014, na casa da moradora e presidente da organização de bairro, que cedeu o local devido à distância da Biblioteca Cidadã Miguel Bakun, onde foram realizados os encontros anteriores. Neste dia foi contado com a presença de um profissional da Vigilância Sanitária, que falou sobre questões de lixo, coleta seletiva, vacinação e castração de animais, fossas, rede de esgoto e combate ao mosquito da dengue.

Os encontros foram satisfatórios nos aspectos da mobilização e participação das famílias, mas o curto tempo para implementação impossibilitou alguns aprofundamentos, como a efetiva participação na proposição de alternativas para o enfrentamento da questão social. A mediação profissional faz-se necessária por um período maior com um desligamento gradativo que garanta o empoderamento da comunidade. A sugestão é para que o período de implementação de Projetos de Intervenção em Serviço Social sejam maiores de forma a oportunizar a grade de estágios curriculares, que conta com 420 horas, mas apenas 120 para atuação sobre o Plano organizado.

Ao se inserir em uma comunidade onde ainda não há o conhecimento da realidade concreta vivida pelas pessoas, é necessário, em primeiro momento, observar. É a observação que traz o norte para o conhecimento, atuação e construção de vínculos, assim como a elaboração de propostas em conjunto e a participação.

Na definição clássica, a observação é o uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar) para o conhecimento da realidade. Mas não o uso ingênuo dos sentidos, e sim, um uso que tem como objetivo produzir um conhecimento sobre a realidade – tem-se um objetivo a alcançar. Porém, o Assistente Social, ao estabelecer uma interação face a face, estabelece uma relação social com outro(s) ser(es) humano(s), que possui(em) expectativas quanto às intervenções que serão realizadas pelo profissional. Assim, além de observador, o profissional também é observado [...] Na medida em que o Assistente Social realiza intervenções, ele participa diretamente do processo de conhecimento acerca da realidade que está sendo investigada. Por isso, não se trata de uma observação fria, ou como querem alguns, “neutra”, em que o profissional pensa estar em posição de não-envolvimento com a

situação. Por isso, trata-se de uma observação participante – o profissional, além de observar, interage com o outro, e participa ativamente do processo de observação (SOUSA, 2008, p. 126).

Através da observação é possível perceber como se dão as relações sociais na comunidade, daí decorre a importância do Plano de Intervenção do Estágio Supervisionado em Serviço Social, que compreende quatro momentos em congruência com a teoria social crítica de Marx. O primeiro momento consiste na observação, que versa sobre o reconhecimento da realidade sobre a qual o assistente social é chamado a atuar, nesse aspecto pode ser analisada a tese, postulada por Marx como a afirmação de uma ideia “é um movimento no qual todo início é abstrato, porque o concreto neste momento é ponto de partida quando ainda se manifesta aparentemente” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 42), em segundo momento há a elaboração do Projeto de Intervenção sobre a tese anteriormente analisada, o terceiro momento compreende a implementação e também o processo de antítese, que significa que “a partir da negação da imediatez e da evidência, busca-se a superação deste momento para chegar à concreticidade dos fenômenos” (Ibid., 2006, p. 42), por último há a avaliação da aplicação dos objetivos do Plano de Intervenção, que se aproxima da síntese, ou seja, “o pensamento só pode compreender o concreto em um processo de síntese, a partir da reconstrução progressiva do concreto, em aproximações sucessivas, afastando suposições simplificadoras [...]” (Ibid., 2006, p. 42), eis uma nova tese que iniciará todo o processo inúmeras vezes, por consequência do materialismo histórico dialético, ou seja, a totalidade em transformação.

Para que haja a construção de vínculos entre a comunidade é importante a valoração do conhecimento de toda a população frente às situações existentes, e isso implica também a construção de uma nova forma de apreensão, que torna importante o saber cotidiano, experiências, histórias de vida e modos de compreender o cenário político, econômico, social e cultural da atualidade. Impor uma forma fixa de conhecimento envolve uma assimilação meramente positivista, que “[...] baseia-se em uma visão restritiva do conhecimento, ou seja, de que o único conhecimento válido é o científico, e as outras formas de representar e discursar sobre a realidade uma versão incompleta da ciência [...]” (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 75).

As formas de conhecimento cotidiano, implícitas nos sentimentos e habilidades da população na vivência prática dos seus problemas, deveriam ser levadas em conta, juntamente com o conhecimento profissional médico e educacional, por exemplo; ou o conhecimento histórico recolhido da memória pessoal ou de relatos biográficos que poderiam conter ideias para o desenvolvimento de uma localidade [...] (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 76).

Nas comunidades existem laços de pertencimento e de identidade entre modos de vida e relações sociais, o que aproxima são as mesmas formas de sociabilidade, infraestrutura e acesso vivenciadas, daí decorre a necessidade da organização comunitária, para mobilizar e reivindicar melhorias concernentes a toda população. Existem também divergências de faixas etárias, gênero e mobilidade, que contribuem no enriquecimento da discussão acerca das peculiaridades existentes, que culminam em uma adequação do senso de comunidade para todos os públicos e necessidades.

No Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR, em sua proposta de organização de comunidade, foram elencados alguns limites para atuação profissional e para a transformação social, que podem ser divididos em dois aspectos centrais, limites sob a perspectiva do poder público e limites sob a perspectiva da população, porém, é preciso destacar que se tratando de limites com a população não se pretende atribuir responsabilidades a esta, mas evidenciar potencialidades dentro do contexto verticalizado existente nas relações sociais do país.

Ao se estabelecer limites encontrados sob a perspectiva Poder Público municipal, estes podem ser considerados de ordem econômica – ou de investimentos – e de planejamento. A falta de espaços arborizados como praças, parques, pavimentação das ruas, ondulações transversais, dificultam o lazer e a recreação, bloqueiam o acesso às outras áreas do município e desencadeiam espaços perigosos para a circulação de pedestres, pelo grande número de veículos em movimento. Há também uma culpabilização da população pelas obras já construídas e que estão degradadas, e isso requer uma construção coletiva de consciência com relação às obras públicas, uma vez que a responsabilidade do Estado é única com relação ao fornecimento de infraestrutura.

Com relação à população, os limites que podem ser elencados dizem respeito à falta de compreensão do controle social, que teve seu conceito desenvolvido no decorrer dos encontros, mas que requer muito mais que palestras e orientações, e sim um engajamento, uma tomada para si da discussão política. Disso depende também outro limite, o controle social ainda não pode ser exercido em sua totalidade democrática, pois ainda existem questões atinentes à infraestrutura, emprego, habitação e educação, que impedem as pessoas de participar efetivamente neste cenário.

A participação não ocorreu de forma efetiva, sendo propositiva ou proativa nas discussões ou escolha de temas para o planejamento dos próximos encontros. As falas dependiam da iniciativa da assistente social, seu direcionamento e conclusão, contando com pouca participação entre as ideias expostas, o que tornou o modelo de encontro um modelo de palestra, ou seja, não houve troca de informações e diálogo e, dessa forma, recai na questão anterior, de que a cultura brasileira não é incentivada nem possui meios para a participação. Nesses aspectos, não houve continuidade da proposta de organização de comunidade sem mediação externa, o que não atribui responsabilidade à população, mas a formação intelectual fornecida de modo insatisfatório pelo ensino brasileiro no campo dos direitos.

Há uma grande deslegitimação da ação social com o envolvimento de partidos políticos do Poder Legislativo municipal, que deturpa o ideário da mobilização partindo do povo e para o povo, e se torna uma questão da política partidária. É importante a mediação do Serviço Social nesse aspecto, que permite a comunidade identificar relações de poder e de interesses eleitorais, além de proporcionar a reflexão sobre os rumos do governo brasileiro nos três níveis, e seu embaraço com relação às reais atribuições de legislar.

Como alternativas que podem ser adotadas para romper com os limites encontrados, foram identificadas algumas formas de alavancar a transformação social e de forma não utópica, pois o trabalho junto ao Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR possibilitou a participação de grande parte dos moradores, o que demonstra compromisso com o desenvolvimento do bairro. Assim, é importante salientar que os objetivos de fortalecer o empoderamento e o controle

social não foram atingidos em sua plenitude, pois isso requer tempo para discussão e estrutura social e cultural da população, que deve ser incentivada através de ações politizadoras desde cedo. Neste contexto ainda existem potencialidades, que se caracterizam pela participação e compromisso com os encontros, onde é possível identificar um espaço em potencial para atuação do assistente social, pois é necessário “[...] ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional” (IAMAMOTO, 1998, p. 21).

No presente trabalho, o termo empoderamento – do inglês empowerment – adota a conceituação que “[...] se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735). Conseqüentemente, esse processo de aumento de informação proporciona autonomia em níveis individual, grupal e comunitário e permite que a mediação de agentes externos seja dispensada, pois identifica “[...] pessoas capazes de resolver seus problemas paradoxais e multifacetados” (Ibid., 2009, p. 736), além de ressaltar que é a partir do contexto local que são encontradas potencialidades e soluções.

Um dos aspectos fundamentais do empoderamento diz respeito às possibilidades de que a ação local fomente a formação de alianças políticas capazes de ampliar o debate da opressão no sentido de contextualizá-la e favorecer a sua compreensão como fenômeno histórico, estrutural e político (VASCONCELLOS, 2003 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 736).

A participação de toda comunidade permite a construção de propostas que visam o campo coletivo, para isso “[...] é preciso recriar formas de lidar com o objeto institucional se quisermos transformar relações de poder autoritárias em relações mais horizontais que levem ao empoderamento dos atores” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 737). É necessário cuidado para não retomar práticas assistencialistas de ajustamento ao meio e ao sistema que vivem, como um conformismo com as práticas autoritárias e excludentes. É no contexto da organização e desenvolvimento de comunidade que as pessoas encontram possibilidades de darem voz aos seus anseios, inconformidades e demandas.

Como outra potencialidade elencada há o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, desenvolvido através de técnicas de grupo direcionadas para a interação, percepção dos problemas cotidianos das outras pessoas, possibilidade de se colocar no lugar do outro, diminuição de conflitos e reflexões acerca da contribuição de cada um para a formação da identidade do Conjunto Habitacional. Para realizar esse modelo de intervenção é imprescindível a mediação de conflitos e interesses, o modo de abordar os temas requer direcionamento do grupo para uma forma de pensar que abranja a totalidade, já que “[...] para os vínculos sociais e comunitários a metodologia é mais coletiva e menos intrafamiliar” (BRASIL, MDS, 2013, p. 26).

As particularidades que, juntas, formam a identificação do coletivo social demonstram que “os movimentos tentam organizar seus próprios processos de elaboração de políticas de modo que levem em conta o conhecimento diário e as habilidades de seus participantes” (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 76). A importância de cada pessoa precisa ser estimulada e, além do conhecimento, existem outros fatores que fortalecem laços internos de uma comunidade e são propulsores para seu desenvolvimento, um deles é a solidariedade que consiste na “[...] habilidade de reconhecer a si mesmo e ao outro como pertencentes à mesma unidade social” (MELUCCI, 1996, p. 23 apud GOMES, 2010, p. 5).

Para Gomes (2010, p. 13) “a maior força social da comunidade corresponde ao seu momento em relação à solidariedade. A dissolução da comunidade está em sua dissolução na agregação, a justaposição mecânica de pessoas, em defesa de seus interesses individuais”. O desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, que desempenhe resultados com alcance e efetividade e que tenha como ponto de partida a eleição de demandas pelos próprios cidadãos, demonstra o comprometimento e o efetivo fortalecimento de vínculos, “[...] é necessário considerar a práxis, ou seja, a expressão histórica da solidariedade como capacidade de articulação política” (GOMES, 2010, p. 12).

A autora Telma Cristiane Sasso de Lima, em suas considerações sobre as ações socioeducativas do Serviço Social, aponta que a profissão pode compreender duas abordagens, “[...] tanto se educa no sentido da conservação e manutenção, como no sentido da mudança, no entanto, a educação sempre implicará na

modificação de dado conhecimento e de certa conduta” (LIMA, 2006, p. 23), isso explicita que a intencionalidade profissional está sempre presente nas ações, e para que essa intenção ocorra de acordo com os princípios ético-políticos, é necessária uma construção teórico-crítica respaldada em um rompimento de hegemonia de pensamento, que reflita a possibilidade de construir percepções, de acordo com a realidade em constante modificação.

Ao unir as teorias advindas e internalizadas no Serviço Social após sua Reconceitualização é possível associá-las a prática cotidiana, diferente dos modelos de atuação anteriores, que visavam apenas à intenção de caridade e bem-estar do agente, sem um respaldo teórico. Compreender o sistema vigente e o papel do Estado influem nas abordagens que o profissional realiza por intermédio das instituições, “a intervenção profissional passa então a ser concebida essencialmente enquanto práxis e como tal busca transformar o social através da unidade entre teoria e prática” (LIMA, 2006, p. 25).

Através do ideário exposto, conclui-se que para haver a transformação dos modos de dominação é necessária a construção coletiva do controle social através da participação nos processos de conhecimento e deliberação do espaço público. Isto ocorre com a mudança de currículos do sistema educacional, que abranja a educação politizadora, com matérias concernentes com o cenário histórico, filosófico e sociológico do país, e isso também requer o proporcionamento de espaço para discussão, valorização de conhecimentos, culturas e histórias de vida da população. Para a realização da práxis do Serviço Social, a ação socioeducativa incide sobre as consciências e modos de vida, estimulando o caráter propositivo da participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de Estágio junto ao Conjunto Habitacional Monsenhor Clemente Preima de Mallet/PR permitiu uma representação social da profissão para com a classe trabalhadora, que vem imprimindo nas sociedades a insatisfação com a opressão, dominação e relações de poder, assim como as transferências de responsabilidades do Estado para a sociedade civil e para o Terceiro Setor. Ainda há muito para fazer, o tempo para implementação foi curto e uma ação socioeducativa

requer maior continuidade para produzir impacto e, no caso de organização de bairro, os ideais de comunidade e controle social demandam maior aprofundamento para que o grupo siga sem mediação de atores de fora desta realidade. O Plano de Intervenção contribuiu para a percepção de que a sociedade civil está disposta a participar e se organizar, com a necessidade de serem os agentes da própria transformação e mudança social, além de buscar a diminuição dos antagonismos e da dominação.

As organizações de comunidade se mostram como um campo de atuação profissional quando nela são requeridos processos de mediação e diálogo entre a teoria e a prática das ações e movimentos sociais. Elas surgem quando uma comunidade percebe a importância da elevação de demandas individuais para demandas coletivas, por proporcionarem maior visibilidade ao poder público e possuir um caráter que priorize a elevação das condições de vidas de todos, sejam estas condições materiais ou ideológicas. Este senso de comunidade vai além do aporte messiânico do bem comum, pois visa o empoderamento e a apreensão da realidade concreta.

Portanto, toda transformação ocorre após um grande processo formativo de quebra de alienação e culmina com o surgimento de uma nova cultura contra hegemônica, o Estado se fundamenta como um meio de garantia de direitos e torna-se um instrumento, não um fim. Nestes aspectos, a ação socioeducativa permite que sejam consideradas toda a história, cultura e vida das pessoas, para que exista um pertencimento e uma identidade com a ação e que haja uma necessidade real de compreender e participar, incentivados por uma educação crítica.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Departamento de Proteção Social Básica. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2103. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de->

[vinculos/arquivos/CONCEPCaO%20DE%20CONVIVENCIA%20E%20FORTALECIE MNTO%20DE%20VINCULOS.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/arquivos/CONCEPCaO%20DE%20CONVIVENCIA%20E%20FORTALECIE MNTO%20DE%20VINCULOS.pdf) download Acesso em 01/09/2015, 23h41min.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. **Serviço Social, mobilização e organização popular**: uma sistematização do debate contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/04.pdf>. Acesso em 17/09/2015, 14h38minh.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, Paulo de Tarso. **Movimentos sociais e educação comunitária: aproximações a partir de Alberto Melucci**. In: 33.a Reunião Anual da ANPED - Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010, Caxambu-MG. 33.a Reunião Anual da ANPED - Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010. V. 1. Disponível em <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT03-6470--Int.pdf> Acesso em 24/08/2014, 20h21min.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf> Acesso em 01/09/2015, 18h09min.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social**: tendências da produção bibliográfica. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz; GUIMARÃES, Cátia. **Informação em movimento**: Produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Ano 2, nº 1, junho 2002, Rio de Janeiro.

NÓS, Regiane. **Processo de Trabalho em Serviço Social III**, agosto a novembro de 2014. Notas de Aula. Mimeografado.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117> Acesso em 31/08/2015, 19h39min.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2008.

SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL

Jessica Crisciane Sobanski
Regiane Nós

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu. Objetiva destacar o trabalho dos assistentes sociais em organização de comunidade enquanto instância de mobilização, participação e controle social. A práxis do Serviço Social é apresentada enquanto processo contributivo na construção da democracia e da aproximação das instancias de participação do saber cotidiano das pessoas. A metodologia contempla os métodos da pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Buscou-se articular a teoria que respalda o Serviço Social, sua apropriação e interlocução com a realidade social e os processos de participação existentes hoje, que ora funcionam como a efetivação do controle social e ora são instrumentos de ações verticalizadas de grupos minoritários. Salienta a necessidade de um processo de formação crítica, no qual os cidadãos possuam consciência de processos decisórios e poder para realizarem a gestão democrática. A emancipação do pensamento alienado pode iniciar na educação básica, e isso requer uma adequação de currículos tanto destes como dos profissionais que vão operar os conteúdos, prosseguindo durante todas as etapas da vida das pessoas, e nisso o Serviço Social pode contribuir com as ações socioeducativas, com pressupostos de cidadania, emancipação social e garantia de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Socioeducativa. Controle Social. Participação Social. Serviço Social.

ABSTRACT: This article is the result of a literature survey conducted for the preparation of Course Completion Course Work of Social Work of the International College of the Iguaçu Valley. Aims to highlight the work of social workers in community organization as the body of mobilization, participation and social control. The practice of social work is presented as contributory process in building democracy and the approximation of instances share knowledge daily lives of people. The methodology covers the methods of basic research, qualitative, explanatory and bibliography. He attempted to articulate the theory that supports social work, its appropriation and dialogue with the social reality and the processes of participation existing today, which now serve as the effectiveness of social control and now are instruments of verticalized shares from minority groups. It stresses the need for a critical formation process in which citizens have awareness of decision-making and power to carry out democratic management. The emancipation of alienated thinking can start in basic education, and this requires an adaptation of curricula both of these as the professionals who will operate the contents, continuing during all stages of people's lives, and in this social work can contribute to the socio-educational activities with assumptions of citizenship, social emancipation and rights protection.

KEYWORDS: Socio action. Social Control. Social Participation. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que objetiva destacar o trabalho dos assistentes sociais em organização de comunidade enquanto instância de mobilização, participação e controle social. A práxis do Serviço Social é apresentada enquanto processo contributivo na construção da democracia e da aproximação das instancias de participação do saber cotidiano das pessoas.

Na construção deste trabalho busca-se proporcionar o resgate histórico do Serviço Social na relação que possui com o controle social e refletir sobre os acontecimentos que contribuíram no posicionamento da categoria profissional, em defesa da participação crítica da população nos processos consultivos e deliberativos sobre os conteúdos do Estado.

A metodologia da pesquisa, que para tornar científica a construção do trabalho, utiliza a pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica, além de consultas em materiais desenvolvidos junto ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, com orientação acadêmica pedagógica e de campo, junto às Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU e Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Mallet/PR.

Portanto, diante das teorias e metodologias apreendidas no percurso acadêmico, da qual a pesquisadora se apresenta como parte e expressão, bem como dos pressupostos Constitucionais, do Projeto Ético Político dos assistentes sociais, este trabalho visa compreender a contribuição do Serviço Social na proposta Constitucional de controle social das ações do Estado pela sociedade, ligada intrinsecamente à dimensão Ético-Política, na teoria Marxista, e no trabalho sócio educativo emancipador a que se propõe a profissão.

2 SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

2.1 ASPECTOS DO CONTROLE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Souza (2006, p. 167) “[...] o controle social está intrinsecamente ligado à forma de participação da população na elaboração e fiscalização das políticas públicas.” A mesma autora cita Carvalho (1995) onde “[...] apresenta três concepções de “participação”⁴, presentes na história da sociedade política brasileira, a saber: a

⁴ De acordo com a autora a participação comunitária surgiu no início do século XX tendo como principal objetivo o equacionamento do atraso, do subdesenvolvimento e os resultados do desenvolvimento deveriam atingir, democraticamente, toda a sociedade. A população foi chamada a participar desse esforço coletivo de construção de uma sociedade desenvolvida e moderna. A participação popular significa o aprofundamento da crítica e a radicalização das práticas políticas oposicionistas ao sistema dominante. Na participação social a categoria central não é mais “comunidade” nem “povo”, mas

participação comunitária, a participação popular, e a participação social” (Ibid., 2006, p. 167).

A participação da sociedade nos processos decisórios tem por objetivo a “[...] universalização dos direitos sociais, a ampliação do conceito de cidadania e a interferência da sociedade no aparelho estatal” (SOUZA, 2006, p. 175), realizado por meio do controle social dos cidadãos sobre o Estado, que possuem possibilidade de se organizar e participar dos momentos de proposição, elaboração, fiscalização e implementação das políticas públicas, uma vez que este significado dado ao termo controle social surge a partir de 1980 na luta dos movimentos sociais pela democracia (CALVI, 2008), anteriormente a isto, o controle social era concebido de acordo com as necessidades do poder estatal para exercer domínio sobre a população.

Nesse contexto, é necessário apreender na formação histórica brasileira a evolução dos modos de dominação desde o Brasil Colônia e a Escravatura, até os dias de hoje, onde a população, muitas vezes, encontra na presença política partidária a possibilidade de conquistar modos de sobrevivência mais justos. Os movimentos sociais existem como a possibilidade da conquista da cidadania e democracia, porém “[...] a política brasileira é a relação da tutela e do favor, e porque nela o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes” (CHAUI, 1986, p. 136 apud SCHERER-WAARREN, 1993, p. 61).

Nos processos de estudo e interpretação da trajetória dos movimentos sociais a partir da década de 1970 é possível identificar duas fases, a do espontaneísmo das organizações populares e a da institucionalização. De acordo com Cardoso (2004, p. 82), “[...] o espontaneísmo dos movimentos se dá pelo fato de ser uma quebra dentro do sistema político, de surgirem como alguma coisa nova que, de certa maneira, iria substituir os instrumentos de participação até então disponíveis”, o que caracteriza maior autonomia e força popular na perspectiva de mudança política. A fase da institucionalização consistiu em um “[...] relacionamento mais direto com as agências públicas” (Ibid., 2004, p. 83), a proposta conselheira “representa um novo contexto político dentro dos quais os movimentos vão atuar” (Ibid., 2004, p. 83).

“sociedade” e a participação que se pretende não é mais somente de grupos excluídos, mas sim do conjunto da sociedade. (SOUZA, 2006, p. 172-175)

A primeira fase se refere à quebra da Ditadura Militar no Brasil, onde as representações e pensamentos que haviam sido bloqueadas e reprimidas culminaram na participação das pessoas em decisões, proporcionando autonomia, empoderamento e controle social das ações do Estado, que nesse período era visto como um inimigo da mudança. Com a posterior institucionalização houve a aproximação do poder público com as pessoas com vistas à democracia, porém o que houve foi um processo fragmentado de participação forçada (CARDOSO, 2004).

Os movimentos sociais possuem uma multiplicidade de interpretações sobre o seu conceito, uma vez que requerem o preenchimento de uma série de parâmetros para serem compreendidos. Maria da Glória Gohn (2000), explica em quatro etapas os requisitos para uma ação social ser compreendida como movimento social, em primeiro momento o “[...] grupo tem que formar um coletivo social [...]” (GOHN, 2000, p. 12), com uma identidade em comum; posteriormente, a ação histórica de grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora, precisa ser entendido como uma “[...] categoria dialética [...]” (Ibid., 2000, p. 12), a “[...] ação da classe em movimento e não um movimento específico de classe” (Ibid., 2000, p. 12); o terceiro parâmetro requer a diferenciação entre estratégias de ação social, que “[...] poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais” (Ibid., 2000, p. 12) e, por último, é imprescindível a “[...] não-institucionalização, nem na esfera pública nem na esfera privada” (Ibid., 2000, p. 12), para que não haja descaracterização do movimento, ou seja, a ação direcionada em prol de organizações, partidos, entre outros.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

Para existir um Movimento Social são necessários quatro elementos, os quais: práxis, projeto, ideologia, organização e direção. A práxis pode ser compreendida

como a “[...] união da ação teórica com a ação prática [...]”, ou seja, “[...] o pensar com a pretensão de agir”, o ser humano em sua ontologia possui a possibilidade de refletir sobre o que vai atuar para que seus projetos venham de encontro ao idealizado. O projeto possui os objetivos e metas que garantem a determinação de um fim, é o “[...] conjunto de ideias que vão se agregando e visam resultados satisfatórios como superar a perpetuação da condição social para a transformação desta” (GOHN, 2001, p. 1). A ideologia “[...] passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época” (CHAUI, 1984, p. 11), dessa forma, representa a consciência de um povo, com seu conjunto de valores que podem ser positivos e gerar autonomia e consciência, ou negativos que perpetuam a dominação. Organização e direção consistem no “[...] conjunto de pessoas que participam priorizando o coletivo ao invés de um líder” que se organizam com base em um mesmo objetivo a ser alcançado, com vistas a um bem comum a todos (GOHN, 2001, p. 2).

A união dos movimentos sociais com instituições, como o Estado, o poder público e os partidos políticos, torna a autonomia do grupo fragilizada, uma vez que “[...] historicamente, no Brasil, os partidos políticos foram constituídos basicamente a partir das classes dominantes e têm sido os reprodutores de práticas centralizadoras e autoritárias” (SCHERER-WAARREN, 1993, p. 59). Dentro desses aspectos, o modo de governo dominante possui raízes “[...] nas formas como as classes dominadas se submetem e reproduzem em suas próprias práticas cotidianas este autoritarismo” (Ibid., 1993, p. 49), além de:

A formação de uma nova consciência política encontra aí um paradoxo a ser superado pelos membros destes movimentos sociais: o apego ao passado cultural paternalista e autoritário diante do desejo de emancipação e autonomia. Ou, ainda, a ambiguidade entre conformismo e resistência [...] (Ibid., 1993, p. 62).

A Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 traz a afirmação dos mecanismos participativos, como perspectiva de garantia de direitos democráticos de controle social, onde os princípios organizativos são a descentralização, municipalização e participação social, e os Conselhos e Conferências são espaços

em que se estabelece a relação público/privado, materializando estes princípios. (SILVEIRA, 2004, Slides 21-22).

Para Souza e Faria (2004, p. 927) a descentralização consiste na “[...] forma de desburocratização do Estado e de abertura a novas formas de gestão da esfera pública [...]”, possui os aspectos de garantir uma maior autonomia gerencial do ente federado e proporcionar a elaboração de políticas com bases territorializadas considerando as diferenças econômicas, culturais e ambientais do país. O federalismo cooperativo presente no Brasil conceitua-se em “[...] ação conjunta da unidade nacional e subnacionais, tendo as últimas autonomias decisória e capacidade própria de financiamento” (SOUZA, 2008, p. 177), assim como “[...] a essência da descentralização está na transferência de responsabilidades, com autonomia de poder decisório” (Ibid., 2008, p. 178).

A municipalização diz respeito ao poder local, quando a população atua como mediadora das ações da prefeitura e “[...] se fundamenta nos princípios da descentralização, do fortalecimento administrativo, da participação social e do enfoque integrador da administração local” (SPOSATI; FALCÃO, 1990, p. 26 apud SALES; MATOS; LEAL, 2006, p. 179).

[...] é impossível implantar qualquer política pública no país sem o envolvimento dos municípios, estados, Distrito Federal e governo federal na gestão, financiamento e controle social, assegurando sistemas públicos, universais, equitativos, permanentes, na perspectiva de políticas de estado, com desenvolvimento integral do país (BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 7).

A imposição da ideia de Conselhos e Conferências como modelo de participação institucional “[...] colocou em questão o discurso que os movimentos faziam sobre si mesmos” (CARDOSO, 2004, p. 87):

[...] a própria identidade do movimento estava tão calcada na ideia de espontaneidade e de uma identidade particular criada internamente, que se tornava difícil encontrar os caminhos para participar conjuntamente na administração pública. (CARDOSO, 2004, p. 87).

De acordo com Sales, Matos e Leal (2006, p. 184) “[...] os conselhos não podem substituir os movimentos sociais [...]” estes são apenas formas de luta conquistadas que requerem combinação com outras modalidades de organização, referem-se “[...]”

à construção de alianças em torno de pautas realmente coletivas, transcendendo a realização de interesses particularistas” (Ibid., 2006, p. 183). Dessa forma, a proposta conselhistas requer proposição e incentivo de participação, uma vez que consiste em um direito conquistado pelos movimentos sociais, precisa se tornar aliado desse “[...] processo de interlocução permanente [...]” (Ibid., 2006, p. 183) entre a sociedade civil e o Estado.

Os conselhos e conferências, instrumentos de participação e controle social, mostram que “[...] as alianças da sociedade civil com a representação governamental são um elemento fundamental para o estabelecimento de consensos, o que aponta para a necessidade de definição de estratégias [...]” (PNAS, 2005, p. 52). Dessa forma, o Estado trouxe para seu texto democrático a necessidade do povo na construção e avaliação de políticas públicas de qualidade, que respondam aos interesses coletivos com eficiência, eficácia e efetividade social.

Quando a classe toma conhecimento de sua situação de exploração, a sua consciência conduz a “[...] formação de associações políticas (sindicatos, partidos) que buscam a união solidária entre os membros da classe oprimida com vistas à defesa de seus interesses [...]” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 43). A consciência de classe permite um elo entre as concepções de cidadania que “[...] está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais [...] cumulativamente a uma ênfase mais ampla na construção da democracia, na sua extensão e no seu aprofundamento” (DAGNINO, 2004, p. 104).

O trabalho do assistente social, assim como pressuposto dos movimentos sociais, consiste em transformar demandas individuais em demandas coletivas para que possuam maior visibilidade social e haja o impulsionar para mecanismos de enfrentamento por parte do Estado (NÓS, 2014). É nas relações e lutas sociais que o Serviço Social se insere articulando interesses e necessidades dos segmentos que vivem do trabalho, a contribuir na universalização e ampliação de direitos.

O Serviço Social, após seu Movimento de Reconceituação e adoção de teoria social crítica, passou a “[...] problematizar os limites dos direitos sociais, reivindicando a ampliação das inclusões e dos acessos” (GENTILLI, 2006, p. 162), além de questionar a cidadania regulada imposta pelo desenvolvimento histórico brasileiro, de

exclusão e restrição de direitos do sujeito pelo lugar que ocupa no processo produtivo e também deu início aos movimentos organizados, que apesar de direitos sociais consagrados pela Constituição de 1988, ainda ocorrem cerceamentos devido à divisão social de classes, tradição cultural política e descaso de cumprimento pela norma jurídica (GENTILLI, 2006).

Desde a mobilização, participação e controle da sociedade pelas ações do Estado, o Projeto Ético Político Profissional, como expressão de uma categoria, defende e legitima ações de cunho reivindicatório para plena expansão dos indivíduos (NETTO, 1999). As dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas prescrevem a inter-relação e mutualidade de métodos, instrumentos e técnicas, com a concepção histórica do Serviço Social respaldada na luta de classes, agindo em detrimento da ruptura com o imediato. Isso estabelece semelhança com a perspectiva de organização comunitária, como primeiro pressuposto para a transformação social, como preconizam as ações socioeducativas:

[...] que não vem como um caráter de ensino, muito menos com uma característica disciplinadora, voltada ao enquadramento como muito era feito nos primórdios da profissão, mas sim se volta a uma perspectiva emancipatória, defendendo, preservando e efetivando direitos sociais (LOPES, 2011, p. 91).

Segundo a autora Soraya Magalhães Pelegrini (2013) a educação é uma ferramenta de trabalho do assistente social, todo o fazer profissional é permeado por ações socioeducativas que possuem função de construir a emancipação social e política dos cidadãos, sem a reprodução de práticas dominantes e ensino verticalizado que não leva em consideração o saber e o conhecimento popular, como tutela ou favor. Busca-se assim, a construção de saberes sobre direitos sociais, valorização da participação dos usuários e aproximação da política com os cidadãos que ela visa atingir, a garantir a proposição, deliberação e execução de acordo com os reais interesses da sociedade, pois “dentro do trabalho socioeducativo, o usuário não é o mero receptor das ações e sim, o protagonista das intervenções realizadas” (Ibid., 2013, p. 12).

A dimensão socioeducativa do Serviço Social é responsável por buscar nas práticas comunitárias as principais demandas e vulnerabilidades e propor meios de

enfrentamento, através de organizações de bairro, orientações acerca do funcionamento das instituições e formas de efetivação do controle social, com a proposição de construção de conhecimentos para empoderamento dos usuários, como instrumento de democracia. A Educação Popular concebida por Paulo Freire na década de 1960 em muito se aproxima das ações da categoria dos assistentes sociais, por ideal que os agentes da sociedade sejam impulsionados em seu desenvolvimento social e político e que, para isso, os interesses das classes sejam trazidos para a esfera deliberativa, com consciência crítica (PELEGRINI, 2013), a autora Yamamoto (1998, p. 79) preconiza que os assistentes sociais “exercem a função de um educador político, um educador comprometido com a política democrática”.

A função ética do Serviço Social se construiu com base na sua trajetória e aceção crítica, o Movimento de Reconceituação estabeleceu os alicerces para o pensamento profissional respaldado no Materialismo Histórico-Dialético em Marx, “[...] a ética fornece princípios que norteiam o fazer humano” (SILVA, 2010, p. 138), “[...] diferentes concepções de ética encontram-se presentes ao longo do processo histórico de institucionalização das profissões” (Ibid., 2010, p. 138), e dessa forma a categoria profissional estabeleceu seu ideário ético-político em defesa das classes exploradas, com direitos fragilizados e vulnerabilidades sociais.

No item a seguir serão apresentadas algumas ponderações acerca do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, no sentido de explicitar os princípios éticos no que tange ao compromisso com a liberdade, cidadania, pluralidade e justiça social.

3 O PROJETO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

3.1 O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL EM ARTICULAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL

Os diferentes Códigos de Ética presentes no histórico do Serviço Social respondem a realidade e o contexto em que estão inseridos, trata-se de esforços coletivos que visam redimensionar o significado dos valores e compromissos ético profissionais (PAIVA, SALES, 2010), “o Código precisa tematizar, na verdade, o dever ser: como a prática pode ser realizada de acordo com os princípios éticos definidos

pelo projeto político profissional [...]” (Ibid., 2010, p. 176). “A ética é engendrada historicamente e determinada pela cultura, sendo aquele seu feixe de valores produto da luta pela afirmação da condição humana” (Ibid., 2010, p. 193).

Os princípios fundamentais contidos no Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993 reafirmam o compromisso da categoria com a expansão da cidadania e democracia, estabelecendo a ação direta junto ao empoderamento dos usuários com relação ao controle social, “[...] os onze princípios não podem ser analisados e tratados isoladamente, por que foram elaborados dentro de uma lógica que os articula” (PAIVA, SALES, 2010, p. 181), “[...] tem coerência e encadeamento internos, complementando-se entre si, o que acrescenta dialeticamente a cada um novos sentidos e proposições” (Ibid., 2010, p. 181). Segundo a autora Marilda Vilela lamamoto (1998, p. 78), “[...] são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria”, são eles:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1993).

O primeiro princípio fundamental do Serviço Social demonstra que a categoria possui em sua representação histórica e política o ideal de proporcionar a garantia da liberdade aos usuários por ele atendidos, somando-se ao Direito Constitucional que compreende “a liberdade de opinião, a liberdade de pensamento, a liberdade de locomoção, a liberdade de consciência e crença, a liberdade de reunião, a liberdade de associação e a liberdade de expressão” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). A liberdade é “[...] um direito de opção dentro de determinados valores e implica numa direção significante que tem a ver com determinada visão de mundo e de homem que cada indivíduo tem ao se conceber livre” (SILVA, 2010, p. 139), neste contexto, a intencionalidade das ações dos assistentes sociais almejam a prioridade da pessoa enquanto sujeito de direito e das associações coletivas que objetivam a alteração de modos opressores de vida em sociedade, sempre reconhecendo a liberdade da pessoa e sua inserção cultural na vida em sociedade.

Contidos no segundo princípio, os direitos humanos defendidos pela categoria dizem respeito a toda garantia e perspectiva da qualidade de vida da pessoa no convívio comunitária e com o Estado, “[...] sua violação contraria os postulados básicos da humanização e sociabilidade igualitária” (PAIVA; SALES, 2010, p. 184). O arbítrio é definido como todo o parecer, juízo e opinião que não dependem de regra, praxe ou lei, mas da prudência ou retidão da pessoa, ou seja, seu ato volitivo de julgar (LUFT, 1921, p. 76). O autoritarismo está presente no Brasil através de práticas de crueldade e no aprofundamento da desigualdade social, por isso é necessária à articulação do Serviço Social no enfrentamento às vulnerabilidades e “[...] uma permanente crítica e autocrítica aos comportamentos e pensamentos reprodutores do paradigma da crueldade e da desumanização” (PAIVA; SALES, 2010, p. 185).

Ainda contido no segundo princípio, a categoria profissional dos assistentes sociais demanda a “[...] formulação de propostas que façam frente à questão social” (IAMAMOTO, 1998, p. 75), que tenham a possibilidade de atuar de forma direta e contínua no enfrentamento das vulnerabilidades, “que sejam solidárias com o modo

de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade” (Ibid., 1998, p. 75).

Segundo as autoras Paiva e Sales (2010), a cidadania existente no terceiro princípio relaciona-se com o projeto societário que a profissão almeja alcançar, a localização institucional do Serviço Social em atuação direta com os usuários da política permite uma relação peculiar que possui a perspectiva de garantir os mínimos que a política neoliberal oferece, mas que, sobretudo, seja “ambicionada a contemplação integral dos direitos sociais, e não aquela cidadania que se esgota nas cestas básicas, na entrega do leite [...] não que estes benefícios não sejam considerados importantes” (Ibid., 2010, p. 187).

Iamamoto (1998, p. 78) estabelece que o “[...] compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva”. Desta forma, é imprescindível a atuação socioeducativa com relação ao controle social exercido pela população, a profissão se insere em espaços com função de construir uma autonomia cidadã, pois “[...] o conteúdo da cidadania é sempre definido pela luta política e é, portanto capaz de incorporar dimensões da subjetividade” (DAGNINO, 2004, p. 113).

Comprometermo-nos com a cidadania implica apreendê-la na sua real significação, o que seguramente exige a ultrapassagem da orientação civil e política imposta pelo pensamento liberal, e, como tal, a superação de limites engendrados pela reprodução das relações sociais no capitalismo. A cidadania, de acordo com a nova acepção ético-política proposta, consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos estes fundamentais à sua realização (PAIVA; SALES, 2010, p. 187).

A democracia, que faz parte do quarto princípio “[...] corresponde a efetivo pertencimento social, econômico, cultural e político” (BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 8), onde é possível compreender que “[...] o Estado é a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, e no seu interior as classes populares e trabalhadoras buscam conquistar posições e espaços políticos” (TOLEDO, 2004, p. 131). Para o Serviço Social a democracia precisa ser estimulada, em uma cultura de dominação política estas práticas requerem a seguinte ordem de “igualdade de acesso e oportunidades

para que todos os indivíduos tenham direito a um trabalho e existência dignos, a condições de moradia, saúde, lazer e cultura” (PAIVA; SALES, 2010, p. 188), para posteriormente haver a democracia política. É preciso a participação na riqueza socialmente produzida, para existir pertencimento social e conquista da condição e da capacidade de participação.

O quinto princípio trata da equidade e da justiça social, que possuem conceitos relacionados à dignidade da pessoa humana no acesso a serviços e direitos, que para a categoria profissional representa a não focalização e seletividade, ou eleição de critérios econômicos como determinantes. Relaciona-se com a democratização na elaboração, implementação e acesso dos usuários às políticas, pois são eles os destinatários das ações e que devem propor avaliações.

A justiça social fala da necessidade imperiosa de se atribuir a cada um o que é seu, no sentido do respeito à igualdade de direitos e aos indivíduos. Ela tenta corrigir as insuficiências e problemas decorrentes do modo de os homens se organizarem e produzirem a sua própria vida. Logo, numa sociedade como a capitalista, a justiça figura sempre como um ideal a ser perseguido, cuja objetividade se assenta, de um lado, sobre a legalidade, com todo o seu signo controverso, e, de outro, sobre a igualdade (PAIVA; SALES, 2010, p. 190).

O sexto princípio traz a proposta da eliminação de todas as formas de preconceito, onde “[...] vai resgatar a dimensão privada e individual da experiência ética, [...] reconhecendo e valorizando os direitos e preferências individuais dos assistentes sociais e usuários” (PAIVA; SALES, 2010, p. 192), “[...] o assistente social trabalha numa esfera onde o confronto de valores culturais e sociais está muito presente” (Ibid., 2010, p. 192), e para isso requer clareza da pluralidade que vai encontrar no cotidiano de seu trabalho, bem como as lutas que os grupos discriminados já travam pela sua igualdade na sociedade, como o movimento feminista, de negros e LGBT, sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Frente à proposta de organização comunitária, que objetiva a elevação das demandas coletivas de um grupo para o conhecimento e atuação poder público, este sexto princípio remete aos enfrentamentos já existentes no bojo da sociedade que demandam o apoio da categoria profissional. A alienação e os juízos provisórios

requerem a construção permanente de pensamento crítico, “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (IAMAMOTO, 1998, p. 19).

Para que haja democracia entre as correntes intelectuais do Serviço Social, existe o sétimo princípio que trata do pluralismo e do respeito no que tange a construção teórica da profissão. Este princípio garante a autonomia na construção democrática, onde todos possuem a possibilidade de expressão, porém:

[...] pluralismo não significa que todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem. Todas têm direito a uma expressão teórica e política, onde se lhes deve garantir o máximo de condições de liberdade de crítica e de discussão, no entanto essas concepções terão repercussão e influência diferenciadas na própria categoria. (PAIVA; SALES, 2010, p. 197)

O oitavo princípio preconiza a construção de uma nova ordem societária livre da dominação e exploração, a função social da profissão está relacionada com “[...] às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial” (PAIVA; SALES, 2010, p. 199).

A categoria dos assistentes sociais selou seu compromisso ético-político, referenciando-se nos ideais igualitários e libertários pertencentes ao horizonte das lutas sociais dos trabalhadores. O sonho da democracia, a ser consolidado, sobretudo pelo enfrentamento real da desigualdade, mantém-se atento à agenda de proposições que os movimentos sociais vêm construindo (PAIVA, SALES, 2010, p. 198).

No que se refere à pesquisa em questão, o nono princípio que garante a articulação com os movimentos sociais é o que demonstra o compromisso histórico com o fomento do papel do Estado na proteção social. O Serviço Social assegura os embates democráticos tanto de outras categorias profissionais, como dos trabalhadores que reivindicam qualidade de vida através de políticas sociais e públicas de qualidade.

Ao tratar da qualidade dos serviços prestados contidos no décimo princípio, “[...] cumpre desmistificar certo discurso, ainda vivo no Serviço Social, sobre a competência originária da racionalidade tecnocrática formal burguesa e amplificado no contexto da Ditadura Militar” (PAIVA; SALES, 2010, p. 202), isso caracteriza a desconstrução de padrões capitalistas, seja de produção ou de prestação de serviços, onde os dados quantitativos é que são determinantes para uma avaliação de

efetividade social, “[...] cresce agora a visualização do papel de mediação e articulação desempenhado pela ética entre o saber e a práxis política” (Ibid., 2010, p. 203), e assim faz-se necessária:

[...] uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrenta-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista o seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 1998, p. 80).

Por fim, o décimo primeiro princípio compreende o respeito à diferença, com a própria categoria profissional, com outras profissões e com os usuários, “[...] destaca-se no conjunto das proposituras éticas do Serviço Social pelo sensível imbricamento de importantes ideias e pressupostos valorativos que o compõe” (PAIVA; SALES, 2010, p. 205), assim como se faz importante ressaltar que “[...] nada justifica qualquer tipo de exclusão ou privilégio, que extrapole o âmbito estrito da competência profissional” (PAIVA, SALES, 2010, p. 206).

À medida que os direitos se realizam, alteram o modo como as relações entre os indivíduos sociais se estruturam, contribuindo na criação de novas formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser reconhecido como sujeito de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas. Portanto, colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho (IAMAMOTO, 1998, p. 78).

A mudança na perspectiva do Serviço Social, que antes via o Estado como trava à democracia, agora traça caminhos paralelos no que diz respeito aos avanços teóricos das últimas décadas relacionados a direitos. Todo esse processo de transferência de responsabilidades e atribuições, seja para a sociedade civil ou para soberanias menores, como estados e municípios, não dizem respeito à imposição de um poder superior, do Ente Federado, mas uma conquista da cidadania enquanto partícipe de movimentos populares e consciente de suas atribuições na construção de uma sociedade democrática.

Em suma, o reconhecimento da atribuição ético-política do Serviço Social, permite demonstrar o compromisso com a emancipação da população, seja da atuação na primeira forma de sociabilidade, no âmbito familiar, como em organizações governamentais ou não governamentais, através de ações socioeducativas de empoderamento, de compreensão de direitos sociais básicos e de embate político para a mobilização, construção do controle e participação social e da democracia na mediação da conquista da transformação social na vida dos sujeitos de direitos da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social é uma profissão que estimula o controle social e as ações horizontais, não aspira uma reificação do homem na sociedade, mas um sujeito de direitos, cidadão e partícipe. Os rumos ético-políticos e sua construção filosófica propõem uma direção social a ser seguida e são muito mais que regras, um “dever ser” profissional, são pensamentos que edificam uma categoria que se identifica com as lutas sociais. O controle social é uma possibilidade de compreensão dos processos consultivos e deliberativos, a participação social é fundamental para que haja interlocução entre as reais demandas da população e a política social existente. Quando não há o controle social os sujeitos tornam-se meros espectadores do cenário político, apartados da realidade do país e dos reflexos que isto causa na vida cotidiana.

Portanto, buscou-se articular a teoria que atualmente respalda o Serviço Social, sua apropriação e interlocução com a realidade social e os processos de participação existentes hoje, que ora funcionam como a efetivação do controle social e ora são instrumentos de ações verticalizadas de grupos minoritários. Cabe salientar a necessidade de um processo de formação crítica, no qual os cidadãos possuam consciência de processos decisórios e poder para realizarem a gestão democrática. A emancipação do pensamento alienado pode iniciar na educação básica, e isso requer uma adequação de currículos tanto destes como dos profissionais que vão operar os conteúdos, prosseguindo durante todas as etapas da vida das pessoas, e

nisso o Serviço Social pode contribuir com as ações socioeducativas, com pressupostos de cidadania, emancipação social e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. Informe CNAS Nº 05/2015: **Orientações temáticas e organizativas para o processo conferencial de âmbito municipal 2015**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/x-conferencia-nacional>. Acesso em 20/09/2015, 20h52min.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 09/09/2015, 17h44min.

DAGNINO, Evelina, (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 103-115.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. 2ª Ed. São Paulo: Veras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan.-jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Elementos para uma teoria sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil**. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-50.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Luciana Helena Mariano. **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social**. São Paulo: Universidade Paulista SEPI/SEI, 2011.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Módulo I Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PAIVA, Beatriz Augusto de, SALES, MioneApolinario, in BONETTI, DilséaAdeodata; et al (org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010, p. 174-208.

PELEGRINI, Soraya Magalhães. **A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na área da saúde**. CRESS-MG, III Simpósio Mineiro de Assistentes

Sociais, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20DIMENS%C3%83O%20SOCIOEDUCATIVA%20DO%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20%C3%81REA%20DA%20SA%C3%9ADE.pdf> Acesso em 13/07/2015, 21h53min.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira. 2ª Ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 27-65.

SILVA, Marlise Vinagre, in BONETTI, Dilséa Adeodata; et al (org.). **Serviço Social e Ética:** Convite a uma nova práxis. 11ª Ed., São Paulo, Cortez, 2010, p. 137-144.

TOLEDO, Caio Navarro de, in DAGNINO, Evelina, (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 127-136.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS ENTRE OS SUJEITOS E O OBJETO

Leonel de Castro Filho

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é tecer considerações que promovam a proposição de ideias para relacionar o uso das tecnologias da informação com a prática pedagógica. O método de pesquisa para a elaboração do tema é o bibliográfico analítico. Com o arrazoado teórico estudado e revisado e com as práticas que já tenho vivenciado como professor, apresentei as possibilidades reais da prática pedagógica contemporânea em consonância com a eficiência e eficácia do uso dos meios de informação tecnológica em sala de aula física ou virtual. Para tanto, porém, é imprescindível a preparação permanente dos atores do processo educacional no uso das tecnologias da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias da educação. Informática. Técnicas Pedagógicas. Tecnologia da Informação.

ABSTRACT: The objective of the present work is to weave considerations that promote the proposal of ideas to relate the use of the technologies and the practical information with the pedagogical one. The method of research for the elaboration of the subject is bibliographical the analytical one. With the pleaded studied and revised theoretician and with the practical ones that already I have lived deeply as master, I presented the real possibilities of practical the pedagogical contemporary in accord with the efficiency and effectiveness of the use of the ways of technological information in physical or virtual classroom. For in such a way, however, the permanent preparation of the actors of the educational process in the use of the technologies of the education is essential.

KEYWORDS: Pedagogical Technologies of the Education. Computer Science. Techniques. Technology of the Information.

1 INTRODUÇÃO

A inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou “eu” que sou inteligente, mas “eu” com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais. (LÉVY, 1999, p.135).

Na década de 1980 do século passado, apareciam os microcomputadores vendidos em grande massa, misturando-se, nas lojas, com eletrodomésticos e outros produtos também de casa (cama, mesa, banho, miudesas)⁵, tratou-se do advento dos microcomputadores pessoais. Os primeiros, de acesso pessoal, eram os da marca Apple (com o qual era possível construir banco de dados – isto é, tabelas de dados

⁵Conforme se desprende das informações do site do Museu do Computador, disponível em http://www.din.uem.br/museu/hist_nobrasil.htm.

em linguagem COBOL⁶). Rapidamente essa ideia de informatização pessoal disseminou-se ao ponto de, em 1983 as lojas especializadas (ainda não era produto de consumo em supermercados, bancas, etc.) vendiam, embora a preços altos, mais de sete mil programas (*software*) educacionais, com renovação de temas mensalmente, nos Estados Unidos da América⁷.

Em 2015, o computador pessoal já não é somente o de mesa (e esse já está ficando raro) e mesmo os microcomputadores que estão até mesmo em chaves de veículos deixará de ser uma novidade para muita gente, embora ainda haja a exclusão digital para a grande maioria da população brasileira – em 2010 apontava-se um índice de exclusão digital para mais de 70% da população⁸. Os motivos não estão apenas ligados às questões de poder aquisitivo, há, por exemplo, a aversão aos computadores ou à tecnologia da informação, a propósito, uma doença com nome: Tecnofobia, descrita por Veiga Neto (1998, p. 17) como: “[...] um distúrbio que provoca sofrimento e sentimentos de incapacidade, pois hoje em dia é praticamente impossível deixar de conviver com produtos inteligentes, que incluem processadores e circuitos.”

Na área da educação essas questões criam e mantêm um abismo entre professores (principalmente das gerações Baby Boomers e X) e seus alunos – principalmente no caso do Ensino Médio e primeiro ano no Ensino Superior (Geração Z)⁹, cujos sujeitos têm um acúmulo de informação jamais visto em toda a história da humanidade (embora discuta-se, entre educadores, as variáveis entre “informação” e “educação”. Desprende-se, dessa ideia, que é preciso um consenso que possa dar um sentido de uso das tecnologias na educação, condição proposta já há quase duas décadas, como se lê em Lion (2001, p. 23):

⁶ “Abreviatura de *Common Business Oriented Language* (linguagem de orientação comercial). Trata-se de uma linguagem especialmente projetada para processamento de dados da área comercial, definida e desenvolvida por um comitê americano de fabricantes e usuários de computadores.” Conf.: MORIMOTO, C.E. **HARDWARE, o guia definitivo**. São Paulo: GDH Press, 2000, p.35.

⁷ Conforme o *The Educational Products Information Exchange (EPIE) Institute - Teachers College*, da Universidade de Columbia, EUA. In: <http://www.professores.uff.br/hjbortol/car/library/valente.html>, acessado em 30 de Novembro de 2007.

⁸ Os dados mais atualizados datam de 2010, pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹ “Apesar de haver variações nas datas propostas pelos diferentes autores, pode-se considerar que os Baby Boomers são as pessoas nascidas entre 1948 e 1963; a geração X, pessoas nascidas entre 1964 e 1977; a geração Y aquelas que nasceram entre 1978 e 1994” (ENGELMANN, 2011).

Frente à tecnologia existem diferentes propostas: os que elogiam sem considerar seus riscos e limitações; os que a criticam sem resgatar aspectos positivos. Examinar estas posturas de atualidade implica em repensar qual é o lugar que lhe conferimos, vislumbrar horizontes para seus possíveis usos no sistema educacional e adotar, conscientemente, uma posição determinada. As produções tecnológicas existem: qual é o sentido que lhes damos? De onde as incorporamos?

O uso da informática em sala de aula reveste-se (ainda que estejamos em pleno “século digital”) de uma ideia progressista, moderna, e o educador, quando lança mão dos recursos midiáticos, parece ser o dono da razão e um *expert* em ensino e em tecnologia. Porém, na maioria das vezes, o que se vê é um limitado uso do computador ligado a uma televisão com aulas em *slides* apresentados na tela, com explicações medianas, na maioria das vezes e, infelizmente, somente mais atraentes que as aulas com o uso do quadro negro ou branco (embora nem sempre – pois na prática muitos docentes prendem-se tanto aos seus *slides*, que perdem o contexto de suas aulas nos Planos de Ensino).

Percebe-se, assim, que a ideia geral é usar os recursos de mídia eletrônica ou digital na maior quantidade possível, sem preocupação mais aprimorada com a qualidade, apenas para tentar disseminar uma ideia que, apesar de falseada, reveste-se de progressista ao afirmar que o professor é capaz de acompanhar os avanços tecnológicos, sem que esteja preparado para isso e ciente de que as Tecnologias da Informação representam uma interface natural para seus alunos; isso leva, com certeza, a muitas ações não críticas sobre o progresso tecnológica em sala de aula, afirmação corroborada por Litwin (2001, p. 27): “Essa ideia de progresso contínuo e natural enraizada nos preconceitos descritos é o que leva a desdenhar o velho e adotar o novo e o último, nem sempre com um questionamento por trás”.

O desafio, assim, no presente artigo, é mostrar quais são as transformações que podem acontecer na prática educacional, deixando o professor de utilizar as tecnologias de informação não como meras ferramentas de reprodução do conhecimento e nem como último e único meio de ensino.

O problema central está numa nova conceituação de aprendizado, de planejamento de ensino e de preparação de aulas com concepções realistas nas

mudanças de ensino. Não se trata de adequar a relação ensinante-aprendente ao frio mundo tecnológico e virtual, mas de complementar essa relação e criar ambientes de aprendizagem que se coadunem com a realidade que os alunos são levados a enfrentar durante o processo educacional na escola, bem como na luta por vaga no mercado de trabalho. Em tudo a tecnologia computacional está presente.

Dessa forma, faz-se necessário o fomento da ideia de que o uso do computador fundamente-se numa teoria capaz de ser inovadora e, ao mesmo tempo, coerente com uma pedagogia criativa e humanizada – este que é o papel pedagógico e didático do educador.

O avanço da educação da tecnologia, então, deve perpassar o uso comum, o rotineiro, levando-se em conta os meios virtuais de aprendizagem e de comunicação entre professor e aluno na aplicação das aulas ou dos trabalhos dirigidos. Não se trata de buscar meios informacionais cada vez mais sofisticados ou “inteligentes”, mas é o caso de considerar a elaboração de aprendizagem colaborativa, na interação dos sujeitos da aprendizagem com as máquinas e com o mundo virtual.

Não se deve, porém, pensar que as técnicas ligadas à informatização acontecem sistematicamente ou que alteram de maneira drástica as condições de ensino e de aprendizagem. Não se pode esperar que isso ou aquilo, empregado meramente por ser “progressista”, vá substituir o diálogo em sala de aula. Se os meios de comunicação informatizada, assim como os meios de comunicação de massa tradicionais, for utilizados insatisfatoriamente, o caminho em aula será sempre o da entropia. É sobre o que alerta Pocho (2003, p. 108-109) quando escreve o seguinte:

Enfim, torna-se indispensável que a escola reveja sua relação com os meios de comunicação, para poder se engajar numa proposta de educação para a comunicação, consciente da relevância dessa opção política para a sociedade. [...] Na era digital ressalte-se que, além dos meios de comunicação de massa tais como TV, rádio, revistas, cinema, merecem atenção, por exemplo, a internet e o *vídeo game*, como elementos do processo educativo de leitura crítica da comunicação. Afinal, trata-se de incluir nesta proposta todos aqueles meios que influenciam o convívio social, as formas de pensar, sentir e se relacionar com o conhecimento.

Entende-se, em tal contexto, que uso da informática na educação deve ser planejado em termos de público-alvo e dos meios adequados para atingir esse

público, com o ideal de contribuir para a educação com o uso da informática como ferramenta, não como processo principal. O que acontece é que muitos educadores (pedagogos ou docentes) acabam fazendo desse uso o único possível e, muitas vezes, na falta de algum equipamento ou meio, não fazem a aula planejada ou até mesmo deixam de apresentar a aula sob o argumento de que tudo havia sido pensado e planejado em conjunto com os meios informatizados, como se fosse somente possível a aplicação de aula somente com tais meios.

É importante pensar que a postura pedagógica em consonância com os meios contemporâneos de comunicação deve ser aquela capaz de preparar o aluno para a competência e autonomia crítica e o professor para o domínio técnico de seus meios. O ensino de todas as disciplinas pode e deve ser realizado com experiências com o uso do computador e todos os outros meios disponíveis de comunicação. Cada professor trabalha, assim, com softwares ou sites específicos, utilizando vários programas e conduzindo o aprendizado para a contextualização sob diferentes pontos de vista. Isso exige constante aperfeiçoamento e dedicação para utilização viável dos meios informatizados, sem desviar-se dos fins precípuos do ato de ensinar e do ato de aprender.

2 A PREPARAÇÃO DOCENTE PARA AS TECNOLOGIAS

Os campos da tecnologia educacional devem ser definidos e contextualizados no mesmo ritmo com que os alunos passam a fazer da tecnologia uma companheira de sua rotina, principalmente a *internet*. Isso significa uma gama de contradições nas práticas de ensino que precisam ser repensadas e avaliadas constantemente.

As disciplinas já não são simplesmente tópicos isolados. Todas as condições e meios devem estar ao alcance do educador e do educando, mas sempre na dependência do contexto do local onde se ensina ou onde se aprende. Isto é, a necessidade de conhecer os meios implica em saber adequá-los à realidade das pessoas e do lugar. A educação não pode ser meramente tecnicista, nem ficar atrelada aos antigos paradigmas de disciplinas isoladas e de inexistência de interfaces

de estudo. A informática não é apenas mais uma disciplina, mas uma ferramenta tecnológica educacional, do que se pode inferir em Litwin (2001, p. 128) que:

Os meios, e sua capacidade para transportar parcelas do mundo para as aulas, permitirão criar pontes entre a sofisticada compreensão dos peritos e a compreensão em desenvolvimento dos estudantes. As múltiplas representações que possibilitam as novas tecnologias da informação permitem aos estudantes terem contato com exemplos, analogias, demonstrações, simulações, narrativas, debates, etc., que operam a favor da compreensão genuína.

As tendências educacionais rumam para a interligação de disciplinas, o que não está somente na condição terminológica de transdisciplinaridade, mas na formação de redes que povoam todos os campos das pesquisas, seja nas ciências sociais, biológicas, tecnológicas ou da terra, por exemplo. Isto tudo reduz o tempo de pesquisa e aumenta o número de informações disponíveis para professores e aprendentes.

Sabemos que o principal motivo da educação é tornar o aluno capaz de ser crítico, mostrando-se adaptável às múltiplas situações que enfrenta em sua vida. Mas o que devemos aprender, como educadores, é lidar com a velocidade com que os jovens enfrentam tais situações de vida em razão do avanço do uso tecnológico. Como o professor percebe a necessidade de compreender a evolução dos aprendentes e como pode traduzir em ações concretas o seu modo de ensinar?

Isso é respondido a partir das perspectivas pedagógicas, as quais devem ocorrer de modo planejado e voltando-se, primeiro, para uma “educação para a tecnologia informacional” dos docentes, para que alcancem as transformações pedagógicas necessárias e atualizadas. O professor tem que dominar competentemente as tecnologias educacionais, de forma que “não se trata apenas de equipar as escolas com *hardware* e alfabetizar o docente em informática” (Idem, p. 129), mas de deixar clarificada a idéia de que o professor tem a responsabilidade de tornar o aluno um sujeito crítico dos meios de tecnologia educacional, o que pode ser entendido, segundo Pocho (2003, p. 13), no seguinte:

[...] ao trabalhar com os princípios da tecnologia educacional o professor estará criando condições para que o aluno, em contato crítico com as tecnologias da/na escola, consiga lidar com as tecnologias da sociedade apropriando-se delas como sujeito. Este tipo de trabalho será facilitado na medida em que o professor dominar o saber relativo às tecnologias, tanto em termos de valoração e conscientização de sua utilização (ou seja, por que e para que utilizá-las), quanto em termos de conhecimentos técnicos (ou seja, como utilizá-las de acordo com as suas características) e de conhecimento pedagógico (ou seja, como integrá-las ao processo educativo).

Podemos dizer que o traço principal em tudo isso seja a necessidade de preocupação do professor com sua preparação profissional e técnica constante para o uso da tecnologia da informação na educação. Trata-se de uma condição sem a qual não se pode mais pensar a educação, pois a compreensão desses meios é o caminho para o ideal de que aquela seja compreensiva e eficaz, ideias que desprendemos da seguinte assertiva de Liguori (2001, p. 90):

[...] as possibilidades ou os efeitos que possamos obter *com* a tecnologia ou *dela* não dependem unicamente de suas características, mas também das atividades, dos objetivos, o ambiente de trabalho, o papel do professor, o estilo de aprendizagem do aluno e a falta de cultura. Quer dizer que para obter efeitos com as tecnologias não fazem falta apenas computadores e programas.

Devemos acrescentar que o objeto do uso da informatização não está somente no plano de uso dos meios em sala de aula e na presença física do professor. O acesso aos temas de estudo, via *web* está cada vez mais facilitado sendo, assim, necessário ter bastante visão crítica na utilização de tais fontes. Nas aulas, assim, a gama de informações pode ser vasta, as formas de apresentação de ensino bem estruturadas, desde que se estabeleçam articulações entre o que se pretende ensinar teoricamente e o que se pratica ou se aprende no cotidiano e sala de aula virtual.

É importante que se criem redes de ensino e de aprendizagem e que se propicie nas escolas os meios necessários para que se possam atingir os objetivos dessa pedagogia cada vez mais carente e dependente da tecnologia educacional. Arelado a isto é preciso que se proponham e sejam acolhidos projetos de docentes e de discentes em relação ao uso dos meios informacionais, midiáticos, tecnológicos, etc., além ou em conjunto com os já existentes, como o caso da Oficina de Aprendizagem apresentada por Barbosa (2003, p. 102) nos seguintes termos:

O Oficina de aprendizagem é um ambiente aberto para a “aprendizagem da aprendizagem”, em permanente construção para: a) aplicar ao processo de ensino e aprendizagem as tecnologias de informação, comunicação e cooperação disponíveis na internet, de forma consistente e inovadora, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos tecnológicos; b) desenvolver cursos a distância com o apoio da internet, aplicando metodologias de aprendizagem criativas que atendam diferentes usuários; c) disseminar o ambiente entre vários segmentos da sociedade, buscando a adesão de pessoas interessadas em participar dessa comunidade virtual; d) criar a cultura de construção coletiva e cooperativa de aprendizagem entre os participantes do ambiente; e) avaliar os resultados obtidos durante esse processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo é proposto aos educadores que busquem atualização permanente a respeito das tecnologias de informação para que não se detenham em conceitos ultrapassados quando se trata de tecnologia na educação, a fim de que a consistência e a inovação em sala de aula, sejam físicas ou virtuais, permitam a necessária interação entre ensinante e aprendente no processo educacional.

Faz-se mister que o acesso aos meios informatizados seja um projeto discutido tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil, de maneira ainda mais séria do que se faz atualmente e com a participação dos docentes maciçamente, pois as metodologias de ensino são fundamentais para que o excesso de informações não seja empecilho, mas permita ainda mais a aprendizagem e a preparação permanente dos alunos.

Tudo isso deve ser feito pensando nas mudanças que causam na metodologia docente, na sua forma de atuação e até mesmo da caracterização do ensino e de suas instituições. Barbosa (2005, p. 104) escreve que todas essas novas capacidades devem passar por um processo de adaptação. Qualquer trabalho será profícuo somente se for partilhado e contextualizado entre os agentes do processo educacional-pedagógico e se os professores souberem fazer a mediação com os alunos. A mediação pode começar com a formação de redes, na existência de grupos de estudos verdadeiramente interessados no enriquecimento do ensino e entendedores de que a aprendizagem é uma constante na vida do profissional docente e essência da sua vocação.

Toda a ação pedagógica voltada para esse tema requer, porém, que seja tratada detalhadamente, sem que se chegue às extrapolações e nem se fique em posições que garantam a zona de conforto do professor em sala de aula, esquivando-se da gestão do ensino com autonomia, porém, com cuidados ao desenvolvimento dos alunos.

Se a pedagogia sempre foi instrumento de controle social e considerado um bem de domínio exclusivista – que não pode ser estendido a “qualquer um”, percebe-se, na educação hodierna que o processo possui muitos agentes e que se imiscui entre quem ensina e quem aprende, nem sempre na relação tradicional. É necessário que os alunos, no início de suas formações e preparações para o mundo do trabalho e para a vida plenamente adulta, mantenham a adoção já existente do uso das tecnologias em geral, associando-as a oportunidades de aprendizados qualitativos e cada vez mais voltados para a autonomia crítica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.M. Uma pesquisa inovadora: o Aulanet customizado para a oficina de aprendizagem do portal Edukbar. In: BARBOSA, R.M. (Org.). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ENGELMANN, Deise C. O Futuro da Gestão de Pessoas: como lidaremos com a geração Y?. 2009. Disponível em: Acesso em fevereiro de 2011.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Reimp. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIGUORI, L.M. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no Campo dos Velhos Problemas e Desafios Educacionais. In: LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia Educacional: Políticas, Histórias e Propostas**. 2ª reimp. São Paulo: Artmed, 2001.

LION, C.G. Mitos e Realidades na Tecnologia Educacional. In: LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia Educacional: Políticas, Histórias e Propostas**. 2ª reimp. São Paulo: Artmed, 2001.

LITWIN, E. Os meios na escola. In: LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia Educacional: Políticas, Histórias e Propostas**. 2ª reimp. São Paulo: Artmed, 2001.

MORIMOTO, C.E. **HARDWARE, o guia definitivo**. São Paulo: GDH Press, 2000.

POCHO, C.L. **Leitura crítica dos meios de comunicação de massa.** In: POCHO, C.L.; AGUIAR, M.M; SAMPAIO, M.N.; LEITE, S.L. (Coord.) Tecnologias educacionais: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

VEIGA NETO, ALIPIO RAMOS . Tecnofobia. Revista Marvey, Campinas, p. 17 - 17, 01 abr. 1998.

www.professores.uff.br/hjbortol/car/library/valente.html, acessado em 27 de Julho de 2015.

www.din.uem.br/museu/hist_nobrasil.htm (Museu do Computador), acessado em 20 de Julho de 2015.